



Ata da 13ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES, referente ao 2º Período da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura, realizada no dia 26 de outubro de 2021.

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, **sob a Presidência do Vereador Brás Zagotto**, realizou-se, com início às quatorze horas e vinte minutos, a Décima Terceira Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–Espírito Santo, referente ao Segundo Período da Primeira Sessão Legislativa da Nona Legislatura. Conforme o registro de chamada, não foram constatadas ausências. / Na abertura dos trabalhos, o Vereador Ely Escarpini fez a leitura da passagem bíblica. / A seguir, o secretário procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Indicações:** 5593, 5594, 5595, 5596, 5663, 5664, 5665, 5666 e 5667/2021 – Adriano Pereira Verediano; 5668, 5669, 5670, 5671, 5672 e 5673/2021 – Alexandre Andreza Macedo; 5578, 5579, 5580, 5634 e 5635/2021 – Alexandre Valdo Maitan; 5563/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 5620, 5621, 5622, 5624, 5625, 5626 e 5627/2021 – Arildo Tomaz Bucker; 5649, 5650 e 5652/2021 – Brás Zagotto; 5564, 5581 e 5582/2021 – Evandro Miranda; 5565, 5566, 5567 e 5568/2021 – José Carlos Corrêa Cardoso Júnior; 5613, 5614, 5615, 5653, 5654, 5655, 5656 e 5657/2021 – Leonardo Cleiton Camargo; 5597, 5598, 5599 e 5600/2021 – Leonardo Pinheiro Dutra; 5569, 5591, 5619, 5623, 5629, 5630, 5631, 5632, 5633, 5675 e 5676/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira; 5583, 5584, 5605, 5606, 5607, 5608, 5609, 5610, 5611, 5658, 5659, 5660, 5661, 5662 e 5674/2021 – Osmar Francisco; 5636, 5637 e 5638/2021 – Paulo Sérgio de Almeida; 5677/2021 – Sandro Dellabella Ferreira; 5585, 5586, 5587, 5588, 5589, 5592, 5603, 5604, 5639, 5640, 5641, 5643, 5644, 5645, 5646, 5647, 5648 e 5651/2021 – Sebastião Ary Corrêa. **Requerimentos:** *Pedidos de Informação:* 156/2021 – Paulo Sérgio de Almeida; 155/2021 – Sebastião Ary Corrêa; *Votos de Congratulação:* 507/2021 – Delandi Pereira Macedo; 506/2021 – Evandro Miranda; 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559 e 560/2021 – Osmar Francisco; *Votos de Pesar:* 152 e 153/2021 – Leonardo Cleiton Camargo; 151/2021 – Sebastião Ary Corrêa. **Projetos de Decreto Legislativo:** 409/2021 – Adriano Pereira Verediano; 375, 378, 379, 391, 392 e 417/2021 – Alexandre Andreza Macedo; 369, 370, 390, 394 e 415/2021 – Alexandre Valdo Maitan; 359, 360, 361, 373 e 380/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 371, 381, 382 e 383/2021 – Arildo Tomaz Bucker; 395, 401 e 408/2021 – Brás Zagotto; 355/2021 – Diogo Pereira Lube; 356, 357 e 358/2021 – Ely Escarpini; 386, 387 e 421/2021 – Evandro Miranda; 377/2021 – Leonardo Cleiton Camargo; 418, 419 e 420/2021 – Leonardo Pinheiro Dutra; 364 e 389/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira; 362, 363, 374, 384 e 385/2021 – Osmar Francisco; 376/2021 – Paulo Grola; 372 e 388/2021 – Paulo Sérgio de Almeida; 422, 423, 424 e 425/2021 – Sandro Dellabella Ferreira; 396, 397, 398, 399 e 400/2021 – Sebastião Ary Corrêa. **Projetos de Lei:** 95, 96 e 97/2021 – Delandi Pereira Macedo. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Registra que está bastante decepcionado com a atitude do colega Júnior Corrêa, embora saiba que o coração dos outros é terra onde ninguém anda. Então, comunica que a Câmara cumpre mandado judicial e faz a leitura do Processo 5006062/072021/8/08/0011, que diz o seguinte: “Mandado de Segurança/120, Impetrante: José Carlos Corrêa Cardoso Júnior; Impetrado: Brás Zagotto: Declaro o Requerimento 012/2021, votado na Sessão do dia 19/10/2021, aprovado por nove votos a oito.” / **Sebastião Ary Corrêa,**

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



levantando questão de ordem: — Pede ao presidente que a Indicação 5719/2021 seja incluída na leitura do Expediente da Mesa. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que, a partir de hoje, a bodega terá um presidente, o qual não vai acatar a inclusão de documentos durante a sessão, a não ser de projeto de lei. Frisa que, agora, será preciso obedecer ao sistema e ao Regimento da Casa, ou seja, ter dois dias de antecedência. / Logo após, passou-se ao **Pequeno Expediente**, quando usaram a tribuna os seguintes Edis: / **Osmar Francisco:** — Lembra que, na última terça-feira, falou sobre fazer um abaixo-assinado e até uma passeata por conta da falta de médico no posto do Bairro Zumbi, mas, graças a Deus, isso não será preciso, pois, a partir de amanhã, tal unidade contará com mais dois médicos, sendo que, depois, terá mais um, o que totalizará quatro profissionais para atender àqueles moradores. Então, agradece ao prefeito e ao secretário de Saúde por esse atendimento. Agradece também à administração, porque vai começar uma obra no famoso Buraco do Urubu. Registra que foi assessor do Alexandre Bastos por dois mandatos e nunca se meteu em trabalho de vereador nem onde não era chamado, pois considera isso uma falta de respeito. Portanto, enfatiza que não vai admitir que um assessor seu use a rede social para falar mal de vereador e, se isso acontecer, dará carta branca ao presidente para mandá-lo embora. Deixa claro que a Câmara Municipal não é uma empresa particular. Frisa que ficou chateado com o que viu na rede social de assessor se metendo no trabalho dos vereadores. Pede ao presidente que tome a providência cabível diante dessa falta de respeito. Comenta que o Presidente Brás é amigo de todos os vereadores e está sempre disponível a atendê-los. Repete que, se algum assessor seu faltar com respeito a qualquer colega vereador, o presidente terá carta branca para agir. / **Diogo Pereira Lube:** — Diz ao Presidente Brás que, infelizmente, às vezes, a sociedade não vê ou não entende o trabalho dos vereadores, e algumas pessoas acabam abusando da esperança da população para dizer que a Câmara é uma bodega ou que os edis são culpados por quase tudo o que acontece na cidade. Enfatiza que respeita a todos os vereadores pelo trabalho que realizam, representando suas bandeiras e suas comunidades. Registra que o Presidente Brás Zagotto tem competência suficiente para administrar a Câmara com respeito e educação. Inclusive fala de sua admiração pelo trabalho do colega; por isso, coloca seu gabinete à disposição dele, caso precise tomar algumas decisões. Frisa que, conforme disse o Vereador Chupeta, a Câmara não é uma empresa privada e, portanto, todos os funcionários da Casa são servidores públicos. Alerta que, quando um assessor joga contra um vereador, o faz contra toda a Câmara Municipal, que é um Poder de Cachoeiro. Deixa claro que, apesar de gostar bastante de bares, não trabalha na Câmara como se ela fosse um botequim, razão pela qual exige respeito. Agradece ao Vereador Chupeta pela homenagem de ontem, pois ficou muito feliz e se sentiu valorizado. Conta que esteve no Bairro São Francisco de Assis, nas Ruas Ademar Passoni e Ozil Passoni, para as quais o Vereador Allan, como um lutador por aquela comunidade, também fez pedidos de obras. Acrescenta que levou até lá o Subsecretário Diego Siqueira para que ele visse a possibilidade de fazer a drenagem, o recapeamento asfáltico e outros serviços naquelas vias, até para potencializar os pedidos do colega Allan, unindo forças para que aquela comunidade seja atendida. Destaca que a sua equipe também apresentou ao subsecretário as demandas da Praça da Paz, no Bairro Arariguaba, como limpeza de bueiros e substituição das tampas. Lembra que o Vereador Delandí faz muitos pedidos para o Bairro Rubem Braga, assim como o colega Léo Camargo. Então, informa que fez um questionamento referente à Rua Atílio Vivácqua, onde mora um assessor seu, visto que tal via precisa de drenagem e de pavimentação. Inclusive lembra que essa rua já foi matéria do ESTV, quando a Prefeitura disse que se faria presente lá, mas até hoje isso não aconteceu. Assim, frisa que é preciso urgentemente resolver essas problemáticas, e não ficar esperando que a TV e as redes sociais sejam os veículos para fazer com que o trabalho aconteça. Salaria que a Câmara é desvalorizada e desrespeitada quando os vereadores fazem os pedidos e não são atendidos, enquanto que a TV Gazeta mostra o problema,

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



e logo aparece alguém da Prefeitura para resolvê-lo. Reitera os pedidos para potencializar o trabalho dos vereadores e mostrar que a Câmara não é uma bodega, e sim um Poder intermediário entre a sociedade e o Executivo. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Externa sua solidariedade aos colegas e registra que não tem condições de controlar seus assessores fora da Câmara. Diz entender que assessor não é escravo; por isso, não pode ficar vinte e quatro horas por dia trabalhando para vereador, pois precisa ter seus momentos de lazer e seu direito de ir e vir. Salienta que sabe o que aconteceu envolvendo a sua assessora, que inclusive não é de fazer esse tipo de coisa. Frisa que em momento algum lhe pediu para agir assim, mas respeita a sua vontade em suas horas de folga, quando pode falar o que quiser na rede social dela. Pede desculpas ao vereador que foi ofendido, mas menciona que os edis não podem controlar seus assessores nem os levar para trabalhar em outro lugar na hora de folga deles, pois poderão ser processados, embora não conheça a lei do servidor. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Informa ao vereador que a lei que rege os assessores é a 6.717/2012 e pede-lhe que leia o artigo 7º. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Deixa claro que respeita seus assessores e não os trata como escravos. Registra que, na semana passada, sua assessora Silvana lhe contou que um certo jornalista a estava assediando para que dissesse que no gabinete havia “rachadinha”, pois, se fizesse isso, ele a ajudaria. Enfatiza que esse foi o golpe mais baixo que já viu vindo de uma pessoa que serve à Prefeitura e quer desmoralizar vereador. Diz que podem perguntar a seus assessores se algum dia já lhes pediu dinheiro, pois tem vergonha na cara e não faz esse tipo de coisa, até porque tem seu caminhão e seu vencimento como policial. Lembra que tentaram cassar seu mandato, dizendo que ele tinha laranja; depois, que tinha feito isso e aquilo em rede social e, agora, estão assediando seus assessores para tentar jogá-los contra ele, Ary. Menciona que o presidente foi colocado numa vitrine para que pudesse proteger a todos os vereadores. Então, diz que gostaria que o presidente chamasse esse jornalista para lhe perguntar se isso é verdade. Frisa que não são só os vereadores do grupo do prefeito que levam porrada, basta ver que ele é ameaçado de morte todos os dias e, mesmo assim, não reclama com os colegas. Ressalta que está sendo ameaçado diante do trabalho de fiscalização que realiza, mas não tem medo dessa gatinha que se diz poderosa. Salienta que conhece todos os assessores que trabalham no gabinete do Vereador Léo Camargo, principalmente a menina que foi citada no jornal, que sempre cumpre o horário dela certinho. Registra que ela falou nas redes sociais no horário de folga dela, e não de dentro da Câmara, sem contar que ela não pegou nenhum documento comprometedor de vereador para jogar na rua, e sim expôs seu pensamento. Pergunta se, agora, vão querer mandar no pensamento das pessoas, o que considera uma covardia, pois a assessora tem o direito de pensar o que quiser. Frisa que não pode impedir que sua assessora ache um vereador feio e outro bonito. Avisa que, na próxima sessão, dirá quem são os beneficiários que recebem dinheiro do governo para falar mal dele, que é o vereador mais pisado e massacrado por jornais que servem ao Município. Inclusive comenta que, hoje, viu sua foto estampada com um nariz vermelho de palhaço, o que o deixou muito triste, mas já a retiraram. Deixa claro que não está na Câmara para acusar ninguém, e sim para defender o povo de Cachoeiro; então, se isso for crime, podem condená-lo. Enfatiza que não tem medo de encarar nenhum político e secretário para defender o direito da população. Salienta que nunca falou mal de nenhum vereador. Admite que já falou mal do prefeito, e não da pessoa do Victor, e falará quantas vezes quiser. Acrescenta que também já reclamou de secretários. Repete que está na Câmara para cobrar os direitos da população, como no caso de ter apreendido um caminhão lotado de sacos de cimento. Conta que, depois desse dia, sua vida virou um inferno, porque não pode nem brincar com seus netos de tantas ligações que recebe de número restrito o ameaçando. Inclusive menciona que uma mulher foi até a sua casa, numa caminhonete branca, para ameaçá-lo de morte, quando ele estava com dois netos no colo. Ressalta que, se não estivesse com seus netos, iria respondê-la à altura. Lembra que, há



pouco tempo, morreu um vereador de Presidente Kennedy e diz que poderá morrer um de Cachoeiro a qualquer momento, sendo ele o mais visado por estar dizendo a verdade. Frisa que preparou algumas perguntas para fazer ao Secretário Vander, mas nenhuma delas ofensiva ao caráter ou à família dele, e sim direcionada à função que ele exerce. Enfatiza que não está defendendo seus assessores nem os do Vereador Léo, até porque eles têm o direito de pensamento. Registra que vai procurar se informar sobre a lei do funcionário público, mas repete que respeita a opinião de cada um. / **Adriano Pereira Verediano:** — Faz um desabafo com relação à Câmara, destacando que tinha vários projetos em seu coração, mas entendeu que o sistema, muitas vezes, retém a força dos vereadores. Deixa claro que não é por causa disso que vai desistir, mas está se reciclando para que possa entender esse sistema covarde e cruel. Analisa que muitos companheiros não estão tendo essa percepção quando se refere ao poder, que é algo venenoso nas mãos de quem não sabe dominá-lo. Conta que, em dez meses, viu que os vereadores cumprem bem sua missão, batalhando pelas localidades e por seus eleitores; porém, viu também um jogo muito perverso, onde quem dá mais come mais. Lembra que, juntos, os dezenove vereadores têm força diante do Executivo. Recorda que, no dia 01/01, os vereadores que faziam parte da minoria trabalharam com inteligência, pois perceberam a fragilidade do outro grupo e conseguiram chegar à eleição da Mesa Diretora; entretanto, menciona que houve desigualdade, ganância e ambição. Registra que vê a Câmara dividida, havendo um desgaste muito grande tanto no Legislativo quanto no Executivo, e quem perde com isso é a população. Fala de seu desejo de os vereadores serem a esperança para aqueles que lhes confiaram os votos. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Agradece ao vereador por tê-lo ajudado a chegar onde está hoje. Conta que venceu sua primeira eleição em 1996, vindo de família pobre e saindo de uma oficina de bicicleta do Bairro Vila Rica. Ressalta que hoje é presidente da Câmara, mas se considera igual a todos os vereadores e servidores. Diz que o Vereador Gelinho tem um potencial muito grande, basta ver que a população cachoeirense o abraçou, principalmente a da região do colega. Informa que o vereador tem projetos sociais, dos quais sempre cuidou com muito carinho. Então, frisa que o colega tem muito a contribuir com a Câmara e com o Município de Cachoeiro de Itapemirim. Avisa que todos vão encontrar barreiras, inclusive comenta que hoje está enfrentando um desafio muito grande, pois está passando por algo que nunca tinha visto nesses vinte e cinco anos de Câmara. Pede ao vereador que levante a cabeça e dê a volta por cima. / **Adriano Pereira Verediano:** — Registra que fará isso, mas gostaria de ver a união da Câmara. Avalia que, quando foi combinado que cada vereador faria do seu mandato o que quisesse, a corda esticou e quebrou. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Faz a leitura do trecho da Bíblia de Mateus 5. / **Delandi Pereira Macedo:** — Lembra que os vereadores foram eleitos para defender os interesses do povo e, portanto, é muito ruim ver esse clima na Câmara. Diz que os assessores não são dos vereadores, e sim da Casa, sendo que o presidente tem livre nomeação. Deixa claro que respeita a todos, mesmo quando têm posicionamentos contrários aos dele. Destaca que, nesses seus três mandatos, já usou a tribuna para defender coisas que divergiam do pensamento de outros vereadores, mas nunca houve desrespeito de um para com outro nem levaram o debate ao ponto de colocar um colega em situação vexatória. Inclusive ressalta que teve vários embates com o ex-vereador Higner Mansur, mas sempre no campo das ideias. Informa que seus assessores já sabem qual é a postura que devem ter e que qualquer posicionamento quanto a questões na Câmara quem decide é ele, Delandi. Frisa que é preciso manter o equilíbrio na Câmara, pois os dezenove vereadores têm legitimidade para representar a população. Avalia que, em todo o Brasil, o período é de muita agressividade política, o que causa um grande constrangimento, pois a mídia vive desses contextos. Encerra o seu discurso, citando Provérbios, Capítulo 6, Versículos 16 a 19. / **Arildo Tomaz Bucker:** — Diz que quem se dá ao respeito também terá respeito. Agradece ao Secretário Vander e ao Subsecretário Joãozinho pelo atendimento a uma demanda



antiga de Córrego do Óleo, embora saiba que o cascalho colocado lá não será suficiente para aguentar chuva, mas é o paliativo que foi possível fazer no momento. Informa aos moradores daquela comunidade que fez a solicitação de revsol e espera que, em breve, ela seja contemplada com esse material. Ressalta que, nesses dez meses de mandato, não pediu inclusão de matérias na pauta, porque é contrário a esse tipo de coisa, já que existe um tempo determinado para o protocolo; por isso, ficou feliz com a decisão do presidente hoje. Lembra que, na semana passada, fez uma indicação solicitando a limpeza do cemitério. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Deixa claro que falou isso quanto a indicações, visto que os projetos poderão ser incluídos na pauta sim, tanto os dos vereadores quanto os do Poder Executivo. / **Arildo Tomaz Bucker:** — Registra que foi feita a limpeza do cemitério por conta do Dia de Finados. Então, agradece à equipe da Empresa Corpus, ao Joãozinho e ao Secretário Vander pelo atendimento à sua comunidade. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Comenta que, muitas vezes, as pessoas citam o nome de Deus só da boca para fora, já que o coração está cheio de amargura e de ódio. Lembra que Deus vê tudo e sabe até dos pensamentos das pessoas; portanto, não adianta querer enganá-lo. Concorda com o Presidente Brás Zagotto quanto à situação vivida na Casa e acha que, muitas vezes, falta respeito entre as pessoas e, assim, perdem-se também o amor e a gratidão. Comenta que há ideias e posicionamentos diferentes, mas é preciso respeitar também quem não pensa de forma igual. Registra que o Presidente Brás tem uma história de vida bonita, assim como a dele, Allan, que, aos quatorze anos de idade, começou a trabalhar cortando cana de açúcar em Linhares. Conta que chegou a Cachoeiro há vinte e sete anos, foi frentista, estudou, se formou bacharel em ciências contábeis e é pós-graduado em gestão pública, mas ainda vê nas redes sociais as pessoas duvidando de seu caráter por causa de um voto, sem esperar o resultado final do processo. Avisa que tem família e amigos, que também sofrem ao ver esse tipo de postagem. Alerta que existe lei que permite processar aqueles que difamam os outros, postando coisas sem fundamentação legal, a seu bel-prazer. Salaria que o assessor tem todo o direito de defender seu vereador, mas não pode fazer crítica pessoal, mesmo que seja em sua hora de folga. Enfatiza que, se praticar algum tipo de crime, podem colocar sua foto nas redes sociais e falarem o que quiserem, mas não por conta de um voto referente a uma situação que ainda está sendo investigada, cujo processo já tem a opinião de três delegados e, agora, vai para o Ministério Público. Solicita às pessoas que esperem o resultado desse processo para falarem com materialidade e cobrarem da Câmara Municipal. Lamenta que os vereadores sejam julgados e condenados nas redes sociais. Diante disso, pede a Deus que abençoe essas pessoas e quebre toda a maldade do coração e do pensamento delas. Deixa claro que não tem raiva de ninguém, mas fica triste por ser jogado aos porcos, ser achincalhado e levar a culpa por algo que não fez. Registra que o fato de pensar diferente não significa que a pessoa é pior ou melhor que a outra. Pergunta o que as pessoas ganham em espalhar o que querem nas redes sociais. Diz que Deus é fiel e que aquele que Nele crê e permanecer será salvo. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Lembra que, em 2018, protocolou um pedido de isenção de IPTU para os moradores dos Condomínios Otilio Roncetti e Marbrasa, do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, mas até hoje a Secretaria de Fazenda não lhe respondeu nem resolveu o problema. Informa que, por decisão do STF, tais moradores têm direito à isenção desse imposto; por isso, registra que protocolou novamente o pedido. Inclusive comenta que, ao que parece, o processo de 2018 se encontra na PGM. Então, solicita à Procuradoria que, o mais rápido possível, dê uma informação sobre isso, porque aqueles moradores estão correndo risco de terem o nome protestado em cartório. Agradece à administração por ter feito parte do serviço no início da estrada de Córrego dos Monos que envolvia a drenagem; porém, destaca que a pavimentação ainda não foi realizada. Diz saber que a SEMMAT está aguardando o tempo melhorar para que o material não se perca, mas fez esse registro para que o serviço não fique no esquecimento. Agradece ao Secretário Alexandre Bastos



pelo patrolamento da estrada de Bebedouro/Córrego dos Monos. Agradece à SEMMAT pela limpeza do cemitério de São Simão, mas avisa que alguns moradores da região lembraram que há quatro anos o muro de lá caiu e ainda não foi consertado. Recorda que já fez esse pedido, sendo que, há dois anos, foi feita uma parte daquele muro, mas até hoje ele não foi concluído. Informa que, há cerca de um mês, conversou com o Subsecretário Joãozinho, que lhe disse que faria o serviço antes do Dia de Finados, mas, infelizmente, isso ainda não aconteceu, e espera que o referido muro fique pronto até o dia 02/11. Solicita à SEMMAT que olhe com mais carinho e atenção a Avenida Domingos Alcino Dadalto, que está cheia de buracos, embora saiba que a secretaria está aguardando o término do recapeamento do Bairro Aeroporto/Rui Pinto Bandeira; entretanto, devido à chuva, acredita que vá demorar um pouco a conclusão daquele serviço e, por isso, pede que seja feita uma operação tapa-buracos na referida avenida do Bairro IBC. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Solidariza-se com o Presidente Brás e diz que, se cada um soubesse o significado das palavras respeito e democracia, todos viveriam muito bem. Menciona que respeitar a opinião do próximo deveria ser fundamental. Lembra que vivem num estado democrático de direito; portanto, em toda a eleição, serão eleitos vários grupos com pensamentos diferentes. Registra que os vereadores têm o direito de votar e que quem não respeita a democracia vive em guerra e gera mal-estar; por isso, sempre fala em equilíbrio, sobriedade e limites. Informa que, por lei, o presidente tem liberdade de admitir os assessores e também de exonerá-los diante da conduta deles. Comenta que, como militantes, eles não devem ser funcionários da Câmara. Parabeniza o presidente por estar exigindo respeito à opinião particular de cada um e sua escolha de voto, o que é garantido pela democracia. Analisa que aqueles que não conseguem ter limite devem procurar outra área para trabalhar e militar do jeito que quiserem. Diz que os braços operacionais usados lá fora para desinformar o povo vão desde ladrão de óculos, professores aloprados e chip cadastrado ilegalmente. Fala de seu respeito pela classe dos professores, mas sabe que há muitos profissionais desses aloprados e ditadores. Lembra que, há algumas semanas, falou sobre o Gilmar Ferreira, que desapareceu do mapa. Acrescenta que há também uma pessoa que trabalha com dedetização, a qual deve ter cheirado tanto veneno que seu cérebro não consegue assimilar o respeito à opinião do próximo. Enfim, analisa que há um público por aí que deveria estar num País de regime ditador, como o Afeganistão, já que só a opinião dele vale e, lá, vai se dar bem com os terroristas. Comenta que não publicam o que de fato acontece, basta ver que estão convocando o secretário de Obras, quando, na verdade, se trata do secretário de Manutenção. Repete que os servidores da Câmara precisam respeitar os vereadores e que o presidente tem liberdade de admiti-los e também de exonerá-los. / **Paulo Grola:** — Pede aos vereadores que olhem pela Santa Casa, que está passando por um problema sério, inclusive com médicos sem receber, cirurgias sem fazer e sem carne na alimentação. Sugere aos vereadores que marquem uma reunião com os padres e o bispo para tentarem resolver a situação daquele hospital. Alerta que, se a Santa Casa fechar, as coisas vão ficar muito ruins, porque a população precisa daquele hospital. / **Aparteando Ely Escarpini:** — Conta que já foram feitas várias reuniões com o presidente da Santa Casa, que é o Dr. Afrânio, e o prefeito e que esse pedido também foi levado ao Governo do Estado, o qual se comprometeu a ajudar o hospital. Inclusive diz que, amanhã, haverá outra reunião dos representantes da Santa Casa com o Governo do Estado para tratar dessa questão. / **Paulo Grola:** — Diz esperar que isso dê certo, porque a Santa Casa está precisando de ajuda. / Na sequência, teve início o **Grande Expediente**, ocasião em que usaram a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: / **Osmar Francisco:** — Registra que, hoje, foi feito um serviço no Bairro Zumbi para desentupir o bueiro que fica na Linha Vermelha, em frente à Farmácia Júlia. Reconhece que ninguém pode proibir as pessoas de falarem, mas acha que quem é assessor de vereador também o é aos sábados, domingos e feriados e não deve falar nada da Câmara Municipal. Destaca que assessor é para cuidar das



coisas do vereador e correr atrás de soluções para os problemas do povo. Frisa que esse tipo de situação não pode acontecer mais. Ressalta que é fácil jogar pedra, o difícil é falar a verdade. Deixa claro que quer que o Secretário Vander compareça à Câmara, mas também gostaria da presença do delegado. Questiona o fato de ter sido feito o flagrante do roubo, mas não terem prendido ninguém. Enfatiza que quer saber por que não houve a prisão, já que foi cometido um roubo. Conta que sempre ouviu que muitas pessoas foram presas em flagrante com drogas ou matando, mas esses “caras” não foram nem mostrados na televisão que estavam na delegacia ou atrás das grades. Então, analisa que essa história está mal contada. Cita que não votou contra a que os funcionários da Prefeitura comparecessem à Câmara, só quis que viessem também as outras pessoas envolvidas na história para que dessem explicações, porque o povo quer saber a verdade. Registra que é direito seu pensar desse jeito e acha covardia e uma falta de respeito as pessoas usarem as redes sociais para colocar foto de vereadores. Salienta que essas pessoas não tiveram a coragem de dizer nas redes sociais, por exemplo, que o Vereador Osmar não votou para o secretário não comparecer à Câmara, e sim sugeriu que o delegado também se fizesse presente. Ressalta que não se pode acusar uma pessoa sem provas. / **Aparteando Diogo Pereira Lube:** — Lembra que, na semana passada, foi discutida a possibilidade de os vereadores terem esclarecimentos da parte da Polícia Civil, que é a responsável pelas investigações. Então, diz que já foi disponibilizado, inclusive pela imprensa, o Boletim 45988075, que foi encaminhado à Terceira Promotoria de Justiça Criminal de Cachoeiro de Itapemirim, na pessoa da Dra. Indira Diwali, que fala justamente sobre o procedimento do inquérito feito pela Polícia Civil. Ressalta que, segundo as informações, o subscritor disse que não vislumbrou indícios de prática de crime e que o mesmo boletim está agora na Promotoria para ser feita a análise e, depois, será colocado a público. Diz ao Presidente Brás Zagotto que seria importante que esse ofício direcionado ao Ministério Público também constasse nos autos da Casa para que os vereadores, dentro de seus limites, pudessem fazer as análises prévias. / **Aparteando Alexandre Andreza Macedo:** — Informa que ele já está disponível no site. Então, pede ao presidente que compartilhe isso com os munícipes para não deixar cair nas mãos de pessoas do mal, que distorcem as coisas. / **Osmar Francisco:** — Repete que isso foi uma falta de respeito, pois, agora, as pessoas dizem que ele, Osmar, votou a favor de ladrão de cimento. Indaga por que o cara não foi preso. Avisa que, se ficar provado que o cara fez algo errado, terá que pagar; agora, se não fez, será preciso aparecer a pessoa que coloca foto dos vereadores nas redes sociais para que fiquem numa situação difícil. Deixa claro que não está fazendo a defesa de ninguém, apenas quer ser justo. / **Diogo Pereira Lube:** — Diz-se muito feliz com o trabalho de seus assessores Saulo Batista Calazans, Clarice Monteiro, Jéssica Rocha, Rodrigo de Bruim, Stanley e Cleiton França e também com o dos servidores Sara, Rafael, Letícia, Stephanie e Wallace Marvila, que atuam na Escola do Legislativo, pois nenhum deles usou as redes sociais com postura que não fosse condizente com o cargo legislativo que ocupam. Fala sobre a Feira de Profissões que está ocorrendo em Cachoeiro e deixa claro que não é atributo de vereador fazer isso, mas o fez como cidadão e professor, juntamente com alguns amigos. Menciona que pensaram em criar virtualmente uma Feira de Profissões para levar aos estudantes, de forma gratuita, oportunidades de conhecer profissões. Então, registra que basta entrar no Instagram Diogo Lube, procurar o link para fazer a inscrição e assistir, gratuitamente, uma palestra. Informa que, até a semana que vem, os estudantes poderão ter contato com pessoas de várias áreas que lhes darão direcionamento sobre as profissões. Inclusive conta que, hoje, o Dr. Saulo Calazans foi um dos palestrantes. Repete que essa não é uma ação do Vereador Diogo Lube, e sim do cidadão e professor que viu a necessidade de levar isso para os alunos, inclusive agradece aos profissionais que entraram nesse projeto. Comenta que, ontem, na Rádio Mania, conversou com o técnico e os jogadores do Grêmio Santo Agostinho, que disputaram a final do Campeonato Sub-13 em Marilândia, o qual, infelizmente,

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



não ganharam, mas mostraram garra e honra, representando o Município de Cachoeiro de Itapemirim. Destaca que esse é um projeto social muito bonito do Bairro Vila Rica, mas que precisa de apoio. Assim, pede à iniciativa privada, à sociedade civil organizada e ao poder público que olhem por esses projetos sociais, pois o esporte traz cidadania e tira os jovens das drogas e da marginalidade. Agradece ao Edson, que é professor de educação física e treinador do Grêmio, mesmo não ganhando nem 500 reais para trabalhar o mês inteiro nesse projeto. Alerta que os vereadores precisam ter cuidado com as informações passadas, pois são formadores de opinião; portanto, antes de divulgarem alguma coisa, devem checá-la para não contribuírem com o caos na sociedade. Ressalta que muitas informações são mal dadas, inclusive por veículos de comunicação até de circulação nacional. Enfatiza que, enquanto professor, tem a obrigação de dizer que Cachoeiro está caminhando na vacinação e não pode ser pego de surpresa, seja pela mídia ou por depoimento de algumas pessoas. Frisa que vacinas não causam Aids, e sim salvam vidas e protegem as pessoas desde o nascimento delas. Lembra que todos já tomaram alguma vacina na vida, até porque, para serem matriculados na escola, precisam apresentar a Carteira de Vacinação. Salaria que as vacinas que circulam no Brasil, seja a da gripe, a H1N1, a Pólio, a BCG, enfim, todas, têm a aprovação da ANVISA e salvam vidas. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Comunga dos mesmos sentimentos do Presidente Brás, porque sabe da seriedade com que o colega conduz a Câmara e do amor que ele tem por Cachoeiro. Registra que a Câmara não é casebre nem reduto de turista, e sim o lugar de quem quer buscar melhorias para o Município. Diz que, num jogo de articulação, o que faz parte da democracia, o colega Brás se elegeu presidente da Câmara e representa os outros dezoito vereadores, sendo que todos representam o Município de Cachoeiro de Itapemirim, embora saiba que haja os redutos para os quais os edis buscam com mais força, pois vivem no dia a dia a necessidade das pessoas que moram ao lado. Reconhece que, como vereador, não consegue atender as demandas do Município; por isso, há os assessores, que representam os edis em todos os sentidos. Conta que a primeira coisa que exige de seus assessores é o respeito à Casa e aos vereadores e o cuidado com o mandato, olhando pelos interesses das comunidades, o que classifica como parceria. Assim como o Vereador Diogo Lube, também tem confiança em seus assessores. Ressalta que há divergências, até porque não existe dono da verdade, mas discutem por quererem o melhor para Cachoeiro; por isso, respeita a opinião dos assessores, embora a sua se sobressaia. Enfatiza que também não aceita que ninguém do seu gabinete ofenda vereador ou secretário. Deixa claro que os assessores têm que respeitar a Câmara Municipal e os vereadores. Menciona que na Câmara não há inimigos, e sim confronto de ideias. Salaria que não é impondo suas ideias que tem que derrotar o pensamento de quem está ao lado ou diverge do seu voto. Frisa que é preciso respeitar o voto dos colegas. Enfatiza que vota de acordo com o que acredita ser o melhor para Cachoeiro de Itapemirim. Registra que não vota com meia dúzia de parasitas que pensam o contrário dele. Comenta que fizeram meme dele por ter estado com o secretário. Então, informa que estará sempre com os secretários, porque é com eles que busca os atendimentos para a sua comunidade, através das indicações feitas por seus assessores, já que o prefeito cuida do Município no contexto geral e tem uma equipe para trabalhar. Deixa claro que vai visitar sempre o Secretário Vander Maciel, já que a sua comunidade é atendida. Pergunta se alguém vai agredi-lo por conseguir alguma coisa para a comunidade e outros vereadores não. Garante que não dá dinheiro a ninguém nem faz nada que não seja buscar melhorias para sua comunidade. Agradece ao Vander pela limpeza dos córregos e do cemitério de Itaoca. Diz também que tem muito o que agradecer à Secretária Lílian, que já iniciou em Itaoca uma quadra de futevôlei. Comenta que há a expectativa de o Governador Renato Casagrande vir a Cachoeiro no dia 28/10 com um projeto de pavers para a estrada da comunidade de Independência até o fim da Pedra da Penha, que é o maior reduto de agroturismo de Cachoeiro. Destaca que o projeto está aguardando



autorização do governador para entrar em licitação. Agradece também ao Secretário Paulo Miranda, com quem, há algum tempo, teve uma discussão, porque sempre quis que as coisas acontecessem em sua comunidade, o que já está ocorrendo, pois a metade da Rua do Carola está pronta com revsol e, assim que finalizar o serviço, será feita a via que fica próxima à rua do Wilson Dille, sendo que, depois, será a vez da de Valão de Areia. Acrescenta que há um projeto também para a estrada ligando a Nemer à comunidade de Alto Moledo, a qual vai receber revsol e uma camada asfáltica, num trajeto de um quilômetro e meio, por onde trafegam cerca de trezentas mil toneladas de matéria-prima por mês. Ressalta que esse trecho está desassistido há mais de sessenta anos e será feito em breve. Lembra que o governo anterior teve a capacidade de fechar o hospital vinte e quatro horas de Itaoca. Então, pergunta se é no atual governo que vai jogar pedra e comungar com meia dúzia de pessoas que não concordam com o prefeito, talvez, por entenderem que ele poderá ser uma das maiores lideranças no futuro. Salienta que o prefeito veio da história do irmão, mas conseguiu construir sua própria história em quatro anos, basta ver que manteve os votos na reeleição. Questiona se o querer de seis ou sete pessoas tem que prevalecer dentro do Município e da Câmara e se eles vão colocar a faca no pescoço dos outros e jogá-los na parede, já que fazem memes. Informa que há na sua comunidade três médicos para atender aos moradores, com o hospital aberto há um ano. Assim, agradece a todo o secretariado do Governo Victor Coelho e também à Guarda Municipal, que sempre esteve presente. Registra que é preciso entender que esses são Poderes distintos, mas que devem andar em parceria, e não com conivência. Deixa claro que não está na Câmara para brincar com ninguém nem para fazer memes, e sim para lutar por resultado para uma comunidade que não era vista há anos. / **Adriano Pereira Verediano:** — Reconhece o trabalho e a luta do Vereador Alexandre de Itaoca e destaca que não será a diferença de pensamentos que vai afastá-los. Ressalta que os seus assessores também não têm falhado e estão em campo buscando as demandas e cumprindo o trabalho deles. Menciona que, assim como o Vereador Alexandre, também é representante do povo; por isso, vê que o erro está no Executivo. Diz acreditar que os dezenove vereadores gostariam de conversar com o secretariado, mas a porta está aberta só para uns, e não para todos. Assim, avalia que o sucesso do colega na comunidade é porque tem conseguido fazer esse caminho. Pergunta qual foi o momento em que se colocou como oposição ao prefeito ou que na rede social bateu no chefe do Executivo. Frisa que não bateu nem vai bater, porque é na tribuna da Câmara que tem voz ativa. Salienta que o colega falou sobre uma quadra de areia na comunidade, mas lembra que existe um pedido desses para o Bairro Nova Brasília, o qual está parado há mais de dois anos. Ressalta que, na visão do governo, esse negócio de escolher A ou B beneficia um lado e prejudica o outro. Diz entender que vereador não vive só de obras, mas também de fiscalizar e fazer o que é justo para a sociedade. Deixa claro que não está condenando nenhum amigo que age de forma diferente, até porque reconhece a luta de cada um, mas, da parte do governo, o bolo está sendo mal dividido. Avalia que, se pensassem de forma coletiva, poderiam agradar aqueles que fazem parte do grupo, mas também não esquecer dos que têm opinião diferente. Informa que no ginásio há uma academia para a qual foi reivindicada melhoria com vistas a atender mais pessoas. Destaca que o Vereador Chupeta foi beneficiado, inclusive o parabeniza por isso, pois ganhou uma quadra de areia e uma academia popular, enquanto que o Bairro Nova Brasília não tem ginásio nem quadra. Afirma que sempre teve boas relações com as pessoas, mas essa é uma via de mão dupla. Frisa que não culpa o prefeito, apesar de ele ser o dono da caneta. Diz que já teve reuniões marcadas com o Secretário Vander, mas ele não o atendeu. Parabeniza quem consegue melhorias para as comunidades, mas acha que isso não poderia ser só para um lado. Lamenta que na política haja dois lados, basta ver que o Brasil está rachado por causa de ideologia. / **Aparteando Osmar Francisco:** — Lembra que, na terça-feira passada, disse que iria fazer um abaixo-assinado e juntar os moradores do Bairro Zumbi para irem

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



à porta da Prefeitura ou da Câmara, porque o povo não podia ficar sem médico, mas, no outro dia, recebeu a notícia de que o posto de lá terá mais profissionais. Então, destaca que tem a hora de pedir numa boa e a de cobrar, pois quer que o povo seja atendido. / **Adriano Pereira Verediano:** — Garante que todos os vereadores querem buscar melhorias para os bairros e atender o povo. / **Aparteando Ely Escarpini:** — Concorda que a quadra de areia e a academia popular foram feitas agora, mas informa que o pedido é desde 2016, quando reivindicou juntamente com o ex-vereador Rodrigo Sandi. / **Adriano Pereira Verediano:** — Pergunta ao vereador quantos anos tem aquele ginásio de esporte. / **Aparteando Ely Escarpini:** — Responde que acha que uns quarenta anos. / **Adriano Pereira Verediano:** — Avisa que ele está parado há dois anos. Enfatiza que está aplaudindo as obras, pois aquela população merece os atendimentos; porém, alerta que, nesse sistema de ajudar só alguns, estão se esquecendo de que todos pagam impostos. / **Delandi Pereira Macedo:** — Ressalta que certamente o presidente vai dar oportunidade de a Lorena e o Eder falarem sobre o projeto de previdência que envolve os servidores públicos municipais. Informa que esse projeto não fere em nada a aposentadoria dos servidores. Inclusive parabeniza a todos os servidores pelo dia deles, a ser comemorado em 28/10. Registra o seu protesto quanto à discriminação religiosa enfrentada no País, principalmente quando se trata do texto bíblico. Analisa que não podem cercear a leitura da Bíblia Sagrada em todos os lugares, pois ela é o que regimenta a fé cristã. Cita que o STF considera que a obrigação de manter Bíblias em acervo de escolas públicas fere o estado laico. Comenta que numa biblioteca podem haver livros de todos os tipos, menos a Bíblia, o que considera lastimável. Ressalta que a Bíblia Sagrada é o livro da verdade e traz a história da criação humana e do universo. Diz que teve o privilégio de estar com o presidente e o Vereador Sandro Irmão, ontem, numa conversa com o Superintendente da Santa Casa, o Dr. Afrânio, e com o Amarildo, um dos membros do conselho daquele hospital. Informa que a Santa Casa está passando por momentos difíceis e presta um serviço fundamental para a saúde pública. Então, frisa que é preciso reconhecer a realidade da Santa Casa para que ela possa continuar prestando esse serviço à população. Lembra que, quando o ex-governador Paulo Hartung fez uma contenção de gastos no Estado, usou a tribuna da Câmara para protestar, porque em saúde pública não se faz contenção, e sim investimentos. Menciona que, naquele momento, considerou que tal atitude do governo em relação à saúde pública era para fazer um movimento político a fim de que o Estado pudesse engordar a máquina no intuito de, ao final do mandato, dizer que havia dinheiro em caixa. Comenta que, se não lhe falha a memória, em 2015, a Santa Casa começou a perder poder de investimento e de manutenção da saúde financeira do hospital. Informa que a Santa Casa tem uma dívida altíssima e os recursos que entram no hospital não são suficientes para pagar as contas. Salienta que o Governo do Estado faz um aporte para a Santa Casa em nível de prestação de serviço, mas não se compara ao que o próprio governo investe em outros hospitais. Avalia que, se a Santa Casa fechar as portas, o caos na saúde pública se instaurará na Região Sul do Espírito Santo. Comunica que o referido hospital está prestes a fazer isso, porque os recursos financeiros não são suficientes para bancar as despesas do dia a dia, havendo dificuldade até para comprar mantimentos e remédios e também para pagar os funcionários. Portanto, frisa que a Santa Casa precisa das mãos do Governo do Estado; do contrário, ela fechará as portas. Comenta que há pessoas que não estão recebendo o atendimento e os remédios necessários naquele hospital. Diz que os órgãos de controle, como o Ministério Público, têm que buscar saber por que o hospital está enfrentando esse problema. Conta que, esta semana, recebeu a ligação de uma pessoa preocupada, porque sofreu um acidente e precisava fazer uma cirurgia de reparação, a qual estava marcada, mas, na hora da internação, com o paciente em jejum, a Santa Casa cancelou o procedimento, sem marcar outra data. Diz acreditar que o Governador Renato Casagrande ajudará a Santa Casa. Inclusive informa ao Vereador Ely que a reunião será na quinta-feira para fazer uma nova

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



contratualização, visto que o contrato está defasado. Apela ao Governo do Estado que socorra a Santa Casa de Cachoeiro. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que o déficit hoje da Santa Casa é de 1 milhão e meio de reais/mês, ou seja, 50 mil reais por dia. Diz que o contrato é de pouco mais de 5 milhões de reais, mas, como a Santa Casa deve muito, o banco já desconta 1 milhão e 200 mil reais. Analisa que essa é uma bola de neve; portanto, se o governo não ajudar, a Santa Casa realmente vai fechar as portas. / **Delandi Pereira Macedo:** — Registra que, se isso acontecer, será uma penúria para todos. Pede desculpas aos demais componentes da Comissão de Saúde da Câmara por não os ter convidado para também participarem dessa reunião na Santa Casa, mas avisa que foi de última hora e não deu tempo de reunir todos. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que, agora, o Vereador Léo Cabeça homenageará alguns médicos. / A seguir, o Vereador Leonardo Pinheiro Dutra fez a entrega de Homenagens Especiais aos Drs. Hernane Alves Schwartz, Bruno da Costa Resende e Amanda Thiengo Moura. / **Hernane Alves Schwartz:** — Agradece à Câmara pela oportunidade e pela homenagem. / **Bruno da Costa Resende:** — Agradece ao Vereador Léo e à Câmara pela homenagem. Diz que ficou muito feliz por ver a bandeira da saúde ser levantada pelos vereadores, que lutam pela Santa Casa, cujo hospital realmente está passando por um momento de extrema dificuldade, aliás, não só ele como toda a estrutura de saúde, que vem sendo penalizada ao longo de décadas. Destaca que o Sul do Espírito Santo tem sido tratado de maneira secundária em relação às Regiões Metropolitana e Norte do Estado. Registra que os vereadores, como defensores do povo, têm uma importância singular nesse processo de discussão para virar os olhos dos governantes para o Sul tão esquecido. Comenta que o Governador Renato Ihe perguntou se deveria ser feito um hospital público no Sul do Estado, ao que respondeu que não, pois era preciso recuperar os ombros daqueles que carregavam a saúde ao longo de muitos anos. Então, frisa que não é justo ver a Santa Casa passar por tantas dificuldades e o Hospital Evangélico ter mais de 50 milhões de reais de dívida. Acrescenta que o hospital do câncer, que será o maior projeto dos últimos cinquenta anos, ainda não se tornou realidade em Cachoeiro. Diz-se extremamente feliz e motivado pelas palavras dos vereadores, que certamente apoiarão essa causa, pois a saúde não pode esperar. Alerta que qualquer um que sofrer um acidente, por mais que tenha dinheiro ou plano de saúde, encontrará na Santa Casa de Cachoeiro o melhor lugar para se encostar. / **Delandi Pereira Macedo:** — Enfatiza que a sua fala foi mais voltada à questão da Santa Casa, mas entende que o governador precisa se atentar também para o recurso de 25 milhões de reais do Governo Federal, que já foi aportado para o Estado, com vistas à ampliação do Hospital Evangélico. Frisa que o governador está segurando esse dinheiro, mesmo havendo projeto pronto para o Hospital Evangélico, que é referência em oncologia. Ressalta que essa luta precisa ser constante. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Registra que a Dra. Amanda está em seu primeiro ano no posto de saúde de Soturno e já revolucionou o atendimento. / **Amanda Thiengo Moura:** — Diz-se honrada pela homenagem, pois este é seu primeiro ano como médica e estar naquele distrito tem sido um desafio diário muito gratificante. Agradece aos Vereadores Léo e Paulo Grola por estarem sempre procurando saber o que pode ser melhorado naquela UBS. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Diante da fala dos colegas, analisa que parece até que ele teve uma ilusão de óptica no que diz respeito ao caminhão carregado com sacos de cimento. Lembra que recebeu uma denúncia dizendo que já havia saído de Cachoeiro três caminhões com duzentos e cinquenta sacos de cimento cada um, sendo que, depois, recebeu outra denúncia de que havia um carro com mais cento e cinquenta sacos. Registra que ficou próximo ao CMU das 9:00 às 13:05 horas e acompanhou todo o trajeto do caminhão até o Município de Presidente Kennedy. Deixa claro que isso não é mentira. Menciona que o delegado disse que não houve crime, e, como vereador, não se mete em investigação da polícia nem da justiça. Analisa que, se tivesse tudo certo, o delegado não teria mandado isso para a promotora. Enfatiza que contestou o fato de os sacos de



cimento terem saído de Cachoeiro em um caminhão descaracterizado, basta ver que, para descobrir que se tratava de um veículo da Prefeitura, teve que buscar pela placa. Comenta que até parece que a sua função de fiscalizador está errada e que não aconteceu nada. Enfatiza que não é covarde e que podem processá-lo, porque vai provar que não é mentiroso, já que tem tudo gravado. Diz achar que o presidente marcará uma sessão extraordinária, que é o correto, e fará um convite ao secretário. Avisa que não iria atacar o secretário, e sim questionar por que o carro estava sem o adesivo da Prefeitura e o cimento seria guardado naquele Município, e não em Cachoeiro. Informa ao Vereador Chupeta que não compete a ele, Ary, questionar o fato de o cara não ter ficado preso, pois isso cabe ao delegado. Frisa que não tem o poder de prender, e sim de deter por ser um policial da reserva, aliás, comenta que qualquer pessoa pode deter alguém em flagrante delito. Salienta que, a seu ver, aquilo era um flagrante; por isso, deteve o caminhão e chamou a Polícia Militar, que fez o trabalho dela. Menciona que o delegado lhe perguntou se o Joãozinho era trabalhador, ao que respondeu que sim, pois não podia lhe tirar esse mérito, nem do motorista e do gerente. Pede que respeitem o seu trabalho, porque ganhou a eleição para ser um fiscalizador. Registra que as suas reivindicações de obras para o seu bairro não o impedem de fiscalizar o Poder Executivo. Enfatiza que em momento algum disse que o prefeito era ladrão, e sim que houve desvio de cimento, o qual foi para Presidente Kennedy, e que ele deteve o caminhão até a chegada da autoridade competente, que constatou que havia um carro da Prefeitura de Cachoeiro em outro Município. Destaca que, no áudio, o colega Chupeta disse que era preciso chamar o prefeito, o secretário, o subsecretário e o delegado; porém, avisa ao colega que os vereadores não têm o poder de intimar ou convidar o delegado a comparecer à Câmara, a não ser que ele tivesse cometido um crime dentro da Prefeitura ou em outro órgão público do Município. Confessa que ficou perdido quando ouviu a declaração do delegado, inclusive conta que, a seu ver, ele só quis tirar a responsabilidade dele da reta e jogar para cima da Dra. Indira, que terá que fazer o procedimento. Informa que, a partir de agora, ele, Ary, terá que se recolher a sua insignificância e esperar o procedimento da ilustríssima promotora, pois já fez, com maestria, a parte que lhe cabia como fiscalizador. Deixa claro que não sabe se realmente foram três caminhões com duzentos e cinquenta sacos de cimento cada um, porque não viu esses veículos, mas pode afirmar que viu o carro com cento e cinquenta sacos. Salienta que a denúncia que recebeu de que saíram três caminhões de Cachoeiro o leva a crer que isso realmente seja verdade, já que a pessoa lhe informou que sairia mais um carro com cento e cinquenta sacos de cimento, o qual ele conseguiu deter. Repete que fez a sua parte como vereador e que, agora, o resultado cabe à justiça. Lembra que, no dia em que mostrou isso na sessão da Câmara, alguns vereadores ficaram horrorizados e até disseram que iriam votar a favor do pedido; porém, depois, as coisas foram para outro lado. Diz que, segundo os três delegados, não houve crime. Destaca que o seu serviço na polícia era o de deter e levar para a delegacia, e, dali para frente, cabia ao delegado. Então, frisa que o seu trabalho como fiscalizador terminou a partir do momento em que entregou o caso ao delegado, que fez o que lhe cabia e mandou para o Ministério Público. Salienta que, se o MP disser que está errado e que é preciso responsabilizar alguém, isso será feito, assim como também vai respeitar se disser que está tudo certo, pois quem é ele para discutir uma decisão judicial, do Ministério Público ou do delegado. Repete que disse ao delegado que o Joãozinho era trabalhador, mas lembra que, quando foram juntos para outra delegacia, lá na praia, ficou até com medo de morrer, porque ele não conseguia parar o carro na pista, de tão nervoso que estava, talvez, por nunca ter passado por aquele tipo de situação. Registra que respeita a opinião do delegado, da promotora e do juiz. Coloca-se à disposição de todos e repete que aquilo que viu não foi ilusão de óptica, pois realmente deteve um caminhão carregado com cento e cinquenta sacos de cimento da Prefeitura de Cachoeiro na cidade de Presidente Kennedy. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Solidariza-se com o Deputado Federal Evair de Melo, pois foram instalados dezenas de outdoors



em todo o Estado, inclusive em Cachoeiro, dizendo: “Evair não volta em 2022”, por ele ter votado a favor da PEC 32, que trata da reforma administrativa. Salienta que, muitas vezes, os vereadores passam pelos mesmos problemas que o deputado está passando, devido à ambição do ser humano em querer estar no lugar do outro. Avalia que o Deputado Evair tem representado muito bem o Espírito Santo, cumprindo o seu papel. Reflete que, na democracia, todos os votos dados pela população devem ser respeitados, inclusive os brancos e nulos. Menciona que respeita a investigação do Vereador Ary, mesmo discordando do discurso do colega, prejudgando uma situação. Lembra que, quando de sua justificativa de voto ao requerimento de convocação do secretário, disse que seria interessante aguardar o inquérito policial para se chegar a uma conclusão sobre o caso do cimento. Registra que gostaria de ver os eufóricos colocarem na mídia as carinhas dos três delegados que investigaram o fato, fazendo memes deles e dizendo que eles foram comprados pelo prefeito; entretanto, diz que alguns são “muito homens”, mas apenas até certo limite. Analisa que toda decisão tomada tem pontos positivos e negativos; porém, quando os positivos são maiores, acabam anulando os negativos. Pondera que a Câmara, muitas vezes, é utilizada como palanque político, sendo desrespeitadas normas, processos e passos legislativos. Afirma que não se pode condenar as pessoas antes de os fatos serem apurados. Alerta que, às vezes, a imagem de deputados e vereadores acaba sendo utilizada por pessoas desonestas, as quais têm ambições pessoais e desejam concorrer às eleições. Pede a Deus que dê aos vereadores sobriedade, paciência e sabedoria para que possam dar passos acertados. / **Paulo Grola:** — Conta que, na semana passada, ocorreram três acidentes na curva da morte, mas, graças a Deus, não houve vítima fatal. Inclusive registra que uma das colisões foi tão forte que arrancou uma pedra de quatro toneladas. Diz que é preciso pedir ao Governador Casagrande que a construção das caixas de brita naquela serra seja iniciada o mais rápido possível. Solicita aos vereadores apoio para que o problema da curva da morte possa ser resolvido. / **Brás Zagotto:** — Lembra que, na última sessão, foi apreciado o Requerimento 12/2021, de autoria do Vereador Juninho Corrêa, convocando o Secretário Municipal Vander Maciel para comparecer à Câmara. Recorda que o Vereador Marcelo pediu que esse requerimento fosse votado em destaque, o qual recebeu nove votos a favor e oito contra. Menciona que o entendimento dos procuradores da Câmara, de acordo com artigo 150 combinado com o 110 do Regimento Interno, foi o de que aquele documento, para ser aprovado, deveria ter maioria absoluta, ou seja, dez votos. Então, diz que foi induzido ao erro pela interpretação do Regimento feita pelos procuradores. Relembra que, na quarta-feira, nas presenças do Procurador Alex e do Wilson Dillel, informou ao Vereador Juninho que o Secretário Vander Maciel seria chamado para comparecer à Câmara a fim de prestar esclarecimentos. Ressalta que está na Câmara desde 1996 e sempre teve uma carreira política limpa, pois nunca se envolveu em nenhuma falcatura. Comenta que o colega Juninho não confiou na sua palavra de presidente. Deixa claro que sempre respeitou os vereadores e os servidores da Casa. Conta que, juntamente com o Vereador Delandi, foi até a SEMMAT convidar o Secretário Vander para comparecer à Câmara, o qual disse que viria hoje. Informa que, na sexta-feira, ficou surpreso com a chegada de um oficial de justiça à Câmara para lhe entregar um mandado de segurança impetrado pelo Vereador Juninho Corrêa e acatado pelo Juiz Robson Louzada. Salienta que ficou muito triste com a atitude do Vereador Juninho, pois, de qualquer forma, a Câmara iria ouvir o Secretário Vander. Registra que vai exibir algumas postagens feitas por assessores de vereadores nas redes sociais; porém, não mostrará as realizadas por mulheres. Avisa que, de acordo com o artigo 7º da Lei 6.717, o vereador pode indicar os seus assessores, mas quem os nomeia ou exonera é o presidente da Câmara. Acrescenta que na mesma lei constam os deveres dos assessores. Pergunta como um servidor vai denegrir a imagem da entidade que paga o salário e o tíquete alimentação dele. Afirma que não vai demitir ninguém. / A seguir, foram exibidos alguns vídeos e matérias postadas em redes sociais. /

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



Brás Zagotto: — Relata que, na matéria exibida, o Jornalista Jackson Rangel chamou a Câmara Municipal de bodega, que é um botequim. Deixa claro que a Câmara tem responsabilidade com os moradores e com o Município de Cachoeiro de Itapemirim. Fala sobre outra matéria postada em um portal, cujo jornalista não verificou a veracidade dos fatos, que diz que dois vereadores se reuniram com o secretário às vésperas do depoimento, sendo que ainda foram colocadas as fotos dele, Brás, e do colega Alexandre de Itaoca. Frisa que essa notícia é fake, visto que ele e o seu assessor Valentim é que estiveram na Secretaria de Manutenção para solicitar quinze tampas e dois ralos de bueiros, com vistas a resolver o problema das manilhas que passam por dentro da Escola Anísio Ramos, e também oito manilhas, a pedido da Silvana Pontes, Presidente da Associação de Moradores de Burarama. Ressalta que a outra postagem foi feita por assessores, os quais ele, Brás, poderia exonerar. Menciona que está muito triste, porque há pessoas na Câmara querendo fazer política passando por cima dos outros. Avalia que é muito difícil ser gestor, mas a sua equipe o ajuda a administrar a Câmara. Lembra que o Legislativo de Cachoeiro estava em 67º lugar no ranking da transparência do Estado, mas, com o trabalho iniciado pelo ex-presidente Alexon e mantido pela atual Mesa Diretora, a Casa subiu para o 2º. Segue informando que a Câmara recebe um aporte mensal e sua folha de pagamento, que engloba os vereadores, servidores efetivos e comissionados, é de cerca de 900 mil reais, o valor do tíquete alimentação pago aos servidores efetivos e comissionados é de 193 mil, sendo o orçamento anual do Legislativo Câmara de 17 milhões reais. Declara que o Legislativo tem duzentos e vinte e dois servidores, sendo trinta e sete efetivos, trinta e três comissionados e cento e vinte e nove assessores. Cita que tem problema com alcoolismo, mas que há trinta e um anos não bebe e que aprendeu com o Grupo Alcoólicos Anônimos a aceitar as coisas que não pode mudar e modificar as que pode. Salienta que, como gestor da Câmara, terá que modificar algumas coisas, pois há situações que não podem acontecer na Casa. Enfatiza que, a partir de hoje, vai exonerar qualquer assessor ou servidor comissionado que fizer postagens nas redes sociais como essas que mostrou. Chama a atenção para o fato de que, se o Secretário Vander for convocado para vir à Câmara, será de acordo com o artigo 150, combinado com o 110, do Regimento Interno, que diz que o requerimento deverá ser aprovado por maioria absoluta, ou seja, dez votos. Conta que um morador do Bairro Vila Rica perguntou a um assessor se ele, Brás, estava envolvido no caso do cimento, o que lhe cortou o coração. Afirma que vai trabalhar dentro do Regimento Interno da Câmara e que espera poder continuar a ter a confiança dos vereadores, já que não teve a do colega Juninho. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Parabeniza o Presidente Brás pela fala em defesa da Câmara e de todos os vereadores. Comenta que nunca viu o linchamento pelo qual os vereadores estão passando no atual mandato. / **Brás Zagotto:** — Diz que também nunca viu isso. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Analisa que há grande irresponsabilidade quanto às proposições apresentadas na Câmara. Salienta que tomou decisões pautadas na ética, na moralidade e no respeito. Frisa que o homem que não respeita o outro é meio homem. Enfatiza que o Presidente Brás tem o poder de colocar ordem nesta bodega. Explica que sempre vota as matérias com embasamento. Diz que o Vereador Ary agiu de forma correta ao verificar a denúncia sobre a carga de cimento que saiu do CMU em direção ao Município de Presidente Kennedy e também ao levar o caminhão e os servidores até a delegacia, a fim de que o delegado fizesse a investigação; entretanto, não concorda com o julgamento precipitado, pois são necessários fatos para comprovar a irregularidade. Conta que os despachos dos delegados de Presidente Kennedy, Itapemirim e Cachoeiro dizem que não houve fato efetivado de desvio de material, porque existe documentação comprobatória de que a empresa que iria receber aquela carga de cimento presta serviço para a Prefeitura de Cachoeiro, através de processo licitatório. Registra que procurou o secretário, o subsecretário e o procurador do Município para saber dos fatos, os quais lhe explicaram que a situação daquele cimento era legal; então, deixa claro que não



houve desvio nem roubo. Ressalta que isso salvaguarda o voto dos oito vereadores, pois, a princípio, não seria necessária a convocação imediata do secretário, antes dos despachos dos delegados. Menciona que é natural que as investigações feitas pelos delegados sejam encaminhadas ao Ministério Público, que pode ou não dar prosseguimento ao processo. / **Brás Zagotto**: — Agradece ao Vereador Delandi pelo aparte. / Logo após, passou-se ao **Horário das Lideranças**. / **Alexandre Andreza Macedo, levantando questão de ordem**: — Solicita ao presidente que sejam incluídos na pauta do dia os seguintes Projetos de Lei: 79/2021, que trata da contratação de pessoas para fazerem frente à pandemia, o qual recebeu parecer favorável da Procuradoria da Câmara; 54/2021, que versa sobre a abertura de crédito especial para a Secretaria de Saúde; 87/2021, que trata do regime de Previdência dos servidores municipais; e o Substitutivo 02/2021, que transfere recursos da AGERSA para a Secretaria de Manutenção. / **Brás Zagotto (Presidente)**: — Dirigindo-se ao procurador, pergunta se esses projetos têm parecer da Procuradoria da Câmara. / **Alexandre Andreza Macedo**: — Pede ao presidente que seja cedido um tempo para que o Secretário Vander Maciel possa usar a tribuna. / **Brás Zagotto (Presidente)**: — Diz que o plenário, que é soberano, vai decidir se o secretário será ou não ouvido hoje. / **Alexandre Andreza Macedo**: — Deixa claro que, em cima do que foi dito pelo presidente, o secretário não será sabatinado, e sim ouvido pelos vereadores. / **Brás Zagotto (Presidente)**: — Informa que vai abrir espaço para os vereadores fazerem perguntas ao secretário, pois isso é regimental. / **Alexandre Valdo Maitan, levantando questão de ordem**: — Diz que comunga com o entendimento dos procuradores da Câmara, diferente do magistrado, que entendeu que a convocação do secretário necessitava de quórum simples. Comenta que não vê problema algum, caso o secretário venha falar hoje na Câmara, conforme solicitação do Vereador Alexandre Andreza. Enfatiza que o presidente está sob ordem judicial. Cita que o artigo 150 do Regimento Interno é um limbo, mas, de acordo com o mesmo, a oitiva do prefeito e dos secretários deve ser convocada por maioria absoluta, sendo que o vereador, indicado pelas lideranças partidárias, tem o direito de fazer cinco perguntas e em sessão extraordinária. Então, salienta que, caso o secretário faça apenas uma explanação, sem o direito de pergunta da parte dos vereadores, o impetrante do mandado de segurança poderá dizer que o artigo 150 não foi atendido e, assim, o representante do Executivo terá que voltar à Câmara. Avalia que o magistrado complicou mais a situação do que ajudou a resolvê-la. / **Brás Zagotto (Presidente)**: — Concorda com o Vereador Alexandre Maitan, pois a convocação do secretário deveria ser para uma sessão extraordinária e, para isso, seria necessária a maioria absoluta, ou seja, dez votos. Explica ainda que os vereadores indicados pelos líderes partidários teriam um minuto para fazer cada pergunta, de um total de cinco, e o secretário dois minutos para respondê-las. Então, acredita que a Câmara poderá ouvir o secretário hoje para atender ao mandado de segurança do magistrado, mas diz não saber se o vereador vai se dar por satisfeito. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, levantando questão de ordem**: — Destaca que o parágrafo 1º do artigo 150 diz que apenas a convocação do prefeito dependerá de maioria absoluta de votos dos membros da Câmara e que a de secretários ou de outro dirigente é por maioria simples. / **Delandi Pereira Macedo, levantando questão de ordem**: — Comenta que o presidente recebeu uma ordem judicial a partir de um mandado de segurança impetrado pelo vereador, que convoca o secretário para vir à Câmara no dia 26, ou seja, hoje; então, o magistrado determinou que o pedido do vereador fosse atendido. / **Brás Zagotto (Presidente)**: — Registra que o magistrado considerou a convocação aprovada por nove votos contra oito. / **Delandi Pereira Macedo**: — Assim, frisa que, se o secretário for ouvido hoje, o presidente atenderá ao que foi determinado pelo juiz. / **Alexandre Andreza Macedo, levantando questão de ordem**: — Pergunta ao presidente se o secretário poderá usar o tempo de liderança. / **Brás Zagotto (Presidente)**: — Ressalta que o secretário vai ser ouvido e que vai abrir espaço para que os



vereadores façam perguntas. Avisa que vai colocar em votação o pedido do vereador para que o secretário seja ouvido hoje, já que o plenário é soberano. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, levantando questão de ordem:** — Segue registrando a decisão do juiz, que diz o seguinte: “Assim, diante dos pressupostos, concedo a segurança de liminar para determinar ao Exmo. Presidente que considere aprovado o Requerimento 12/2021, apresentado pelo impetrante, diante da votação ocorrida, ajustando o seu voto com a consequente tramitação pela CMCI da notificação de convocação para esclarecimentos.” Explica que, quando é feita uma convocação, a pessoa tem vinte minutos para fazer a explanação, os vereadores podem fazer cinco perguntas, no tempo de um minuto cada, o convocado tem cinco minutos para a resposta e os edis têm três minutos para a réplica. Frisa que o convocado não pode falar apenas o que quer e ir embora. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Registra que, se os vereadores aprovarem, o secretário será ouvido. Deixa claro que vai trabalhar em cima do Regimento Interno. Suspende a sessão por tempo indeterminado para tratar das questões envolvendo projetos e também a fala do secretário. / Reaberta, às 19:00 horas, feita nova chamada, foi observada a ausência momentânea do Vereador Leonardo Cleiton Camargo. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Acata a solicitação do Vereador Alexandre de Itaoca para que sejam incluídos na pauta do dia os Projetos de Lei 54, 79 e 87/2021 e o Substitutivo 02/2021, todos com o parecer favorável da Procuradoria da Câmara. Informa que o Secretário Vander Maciel será ouvido, em atendimento ao Requerimento 12/2021, de autoria do Vereador Júnior Corrêa, votado na Sessão Ordinária do dia 19/10. Frisa que está cumprindo a solicitação do Juiz Dr. Robson Louzada. Pede ao líder do governo que conduza o Secretário Vander até a tribuna. Agradece ao secretário que, mesmo sem convocação, se propôs a vir à Câmara para prestar esclarecimentos. Comunica que o secretário terá vinte minutos para fazer a sua explanação. Acrescenta que os vereadores não poderão apartear o secretário, mas, depois, terão um tempo para fazer perguntas. / **Vander de Jesus Maciel:** — Cumprimenta a todos e diz que estava atendendo uma demanda; por isso, não chegou mais cedo à Câmara. Agradece ao prefeito por tê-lo colocado à frente da Secretaria de Manutenção e Serviços, onde atua há mais de três anos e faz o seu trabalho com muito carinho, com a finalidade de deixar Cachoeiro mais bonito. Menciona que nasceu em Cachoeiro e que, em 02/11, vai completar quarenta e sete anos de vida. Acrescenta que tem dois filhos: Kathleen, de vinte e cinco anos, e Victor, de quinze. Registra que está na Câmara para esclarecer a respeito do caso dos cento e cinquenta sacos de cimento. Enfatiza que não houve desvio de cimento. Conta que o caminhão saiu da Secretaria de Manutenção com a ordem de serviço, que é um documento, com destino a uma empresa do Município de Presidente Kennedy, a qual tem vínculo com a Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim. Repete que não houve desvio de cimento. Coloca-se à disposição para responder as perguntas dos vereadores. / **Diogo Pereira Lube, levantando questão de ordem:** — Solicita ao presidente que os documentos trazidos pelo secretário sejam disponibilizados aos vereadores. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Pede ao Vereador Diogo que chame os inscritos para que façam cinco perguntas ao secretário, no tempo de um minuto cada. / **Alexandre Valdo Maitan, levantando questão de ordem:** — Registra que, como o presidente está atendendo ao que preceitua o artigo 150 e seguintes do Regimento Interno, é assegurada a preferência de fazer questionamentos ao proponente da convocação. Então, alerta que a Mesa está preterindo o Vereador Júnior Corrêa. Segue mencionando que o artigo 150 também diz que são os líderes partidários que devem falar ou indicar um vereador para usar da palavra, sendo apenas um por sigla. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Passa a palavra ao Vereador Júnior Corrêa, proponente do requerimento que convocou o secretário para vir à Câmara. Pede aos líderes que indiquem o vereador que vai falar em nome do partido. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Deixa claro que não entende esse imbróglio, pois o seu intuito foi trazer transparência para a questão do cimento. Lembra que, no dia 29/09, o Vereador Ary interceptou o caminhão com cento



e cinquenta sacos de cimento, no qual estavam os Srs. João Batista Cassimiro, motorista, e Eliseu, gerente, que estava indo para o Município de Presidente Kennedy. Comenta que o secretário disse que havia documentação; porém, alerta que o caminhão estava descaracterizado e os servidores sem uniforme. Pergunta se é corriqueiro um caminhão da Prefeitura fazer o trajeto para Presidente Kennedy sem nenhuma documentação. / **Vander de Jesus Maciel:** — Responde que isso não é corriqueiro. Menciona que a secretaria tem diversos caminhões e que os adesivos podem se soltar. Acrescenta que cabe à Secretaria de Transportes fiscalizar os veículos da Prefeitura. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Questiona quem deu a ordem para que os Srs. João Batista Cassimiro e Eliseu levassem os cento e cinquenta sacos de cimento para Presidente Kennedy, já que não havia um comprovante. / **Vander de Jesus Maciel:** — Informa que foi o secretário, no caso, ele, Vander. Comenta que essa situação do cimento foi um caso atípico, porque a ata de compra iria vencer no dia 03, um domingo; então, explica que foi preciso retirar o material, porque a empresa não tinha condições de abrigar mil e oitocentos sacos de cimento. Assim, diz que cento e cinquenta sacos ficaram fora do seu estoque. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Pergunta se o secretário está falando da Empresa Kemacol. / **Vander de Jesus Maciel:** — Responde que está falando da Empresa Bahiense Material de Construção, que ganhou a licitação do cimento. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Registra que consta da oitiva que o cimento iria para a Empresa Kemacol. / **Vander de Jesus Maciel:** — Repete que a Empresa Bahiense ganhou a licitação, o contrato iria vencer no domingo, dia 03, e o cimento foi retirado de lá, na quinta-feira, por não haver mais tempo hábil para essa retirada. Destaca que a empresa não tinha local para armazenar todo esse material; assim, ela enviou o cimento direto para o CMU. Conta que, quando o material chegou, foi constatado que não havia lugar para armazenar tudo; então, cento e cinquenta sacos ficaram do lado de fora. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Indaga se o secretário tem conhecimento de que enviar material sem a devida documentação é um ato administrativo. / **Vander de Jesus Maciel:** — Explica que havia um documento no veículo e, em conversa com a empresa, ficou acertado que outro documento seria levado na parte da tarde. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Cita que o despacho do delegado diz que todas as informações prestadas no dia em que o veículo foi preso deveriam ser confirmadas. / **Vander de Jesus Maciel:** — Frisa que havia um documento de saída da secretaria, o qual foi anexado aos autos. Inclusive diz que as informações foram confirmadas e, por isso, não foi caracterizado desvio de cimento. Repete que havia documentação. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Pergunta se o secretário sabe que é um ato administrativo o caminhão ir para outro Município sem documentação nem caracterização do veículo. / **Vander de Jesus Maciel:** — Volta a dizer que o documento seria levado e que o motorista estava com uma ordem de saída do CMU. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Questiona se o secretário está com os documentos. / **Vander de Jesus Maciel:** — Responde que sim. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Ressalta que fará um pedido de informação, o qual o secretário terá trinta dias para responder, solicitando o envio de todos os documentos para que possam ser verificados. / **Vander de Jesus Maciel:** — Afirma que toda a documentação será entregue ao vereador. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Inclusive salienta que a administração demora mais de noventa dias para responder seus requerimentos. Analisa que, em resumo, a Prefeitura fez o contrato com uma empresa para a compra de cimento, mas acabou devolvendo o material, porque o estoque do Município estava cheio. Enfatiza que não há documento de saída nem contrato que permita isso; então, indaga como a Prefeitura pode ter certeza de que esse material voltaria para Cachoeiro. Pergunta ao secretário se mais alguma carga de cimento foi levada para o Município de Presidente Kennedy, sem documentação. / **Vander de Jesus Maciel:** — Repete que foram comprados mil e oitocentos sacos de cimento, mas cento e cinquenta deles não poderiam ficar no estoque do CMU por falta de espaço. Então, afirma que



nenhuma outra carga de cimento foi levada para Presidente Kennedy. / **Ely Escarpini:** — Registra que recebeu a informação de que, quando o Vereador Ary abordou o caminhão, não havia nenhuma documentação. Indaga se isso é verdade. / **Vander de Jesus Maciel:** — Explica que o documento seria levado pelo Subsecretário João, mas não deu tempo de ser confeccionado. / **Ely Escarpini:** — Diz que foi a Empresa Bahiense que ganhou a licitação e questiona por que o cimento estava sendo levado para a Kemacol. / **Vander de Jesus Maciel:** — Menciona que, como já disse, a ata com a Empresa Bahiense Material de Construção venceu no domingo e, depois dela vencida, não seria possível retirar o material, porque o contrato se encerraria. Diante da falta de cimento na Prefeitura, diz que pediu à empresa para bater todo o material no CMU, onde não havia espaço para abrigá-lo; então, foi preciso conseguir um local para colocar cento e cinquenta sacos de cimento, produto que não pode ficar em lugar frio, já que empedra. / **Ely Escarpini:** — Pergunta como esse cimento seria devolvido. / **Vander de Jesus Maciel:** — Frisa que foi solicitado à empresa que guardasse o cimento, cujo material, da mesma marca, seria devolvido à Prefeitura à medida da necessidade da secretaria. Volta a dizer que a Empresa Kemacol tem um contrato com a Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim. / **Sandro Dellabella Ferreira:** — Questiona se não havia como deixar os cento e cinquenta sacos de cimento no CMU e se a Empresa Bahiense não poderia guardar esse material para entregá-lo depois. / **Vander de Jesus Maciel:** — Repete que o contrato com a Empresa Bahiense iria vencer no dia 03 e havia o risco de o Município não ser ressarcido com esse material, já que não existiria mais compromisso dela com a Prefeitura; por isso, todo o cimento foi retirado da loja, sendo que não havia lugar no estoque do CMU para abrigar cento e cinquenta sacos. Comenta que, quando a empresa faz um pedido à fábrica, o material é entregue direto no destino, no caso, a Prefeitura de Cachoeiro. / **Sandro Dellabella Ferreira:** — Pergunta onde foram colocados os cento e cinquenta sacos de cimento depois que voltaram para Cachoeiro. / **Vander de Jesus Maciel:** — Explica que o cimento está ao relento, lonado no pátio do CMU. / **Diogo Pereira Lube:** — Diz que não tem nenhuma pergunta para o secretário, porque quer analisar a documentação que solicitou. Comenta que existem limites legais dos Poderes e que não compete a ele, como vereador, extrapolar a sua função. Ressalta que o ofício apresentado pela Polícia Civil à promotoria dos Municípios de Itapemirim, Presidente Kennedy e Cachoeiro diz que não foram encontrados indícios de irregularidade e foi solicitada apuração por parte do Ministério Público. Repete que é preciso analisar a documentação para não dar um tiro no escuro nem fazer acusações que não sejam pertinentes à Câmara, para não ser criado um circo, antes dos devidos apontamentos. / **Adriano Pereira Verediano:** — Pergunta qual é a relação contratual entre a Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim e a Empresa Kemacol Material de Construção, sediada em Presidente Kennedy. / **Vander de Jesus Maciel:** — Esclarece que a Kemacol ganhou uma licitação de material no Município de Cachoeiro de Itapemirim e a ata da empresa está vigente. / **Adriano Pereira Verediano:** — Questiona se existe uma relação do secretário com a empresa e alguma documentação que certifique esse contrato. / **Vander de Jesus Maciel:** — Deixa claro que não tem nenhuma relação com a empresa. Explica que existe uma empresa que presta serviço ao Município por ter vencido uma licitação para fornecer material. Informa que o documento que certifica o contrato foi publicado no Diário Oficial do Município. / **Adriano Pereira Verediano:** — Indaga se o secretário consegue disponibilizar esses documentos. / **Vander de Jesus Maciel:** — Responde que sim e que os mesmos estão no Portal da Transparência do Município. / **Adriano Pereira Verediano:** — Comenta que, assim que aconteceu esse problema do cimento, o secretário deveria ter vindo à Câmara para esclarecer a situação, inclusive seria evitado o desgaste que a convocação gerou para os vereadores. Avalia que a Câmara e a Prefeitura passam por desgastes com relação a coisas que poderiam ser contornadas. Pergunta por que a suposta alocação dos cento e cinquenta sacos de cimento não foi realizada para uma empresa do Município, o que geraria



economia para a Prefeitura, não sendo preciso transportar o material daqui para lá, e vice-versa. / **Vander de Jesus Maciel:** — Relata que não havia condições de deixar o cimento exposto na secretaria, como se encontra lá, porque corria o risco de ele virar pedra. Repete que, dos mil e oitocentos sacos de cimento comprados pela Prefeitura, cento e cinquenta não couberam no estoque do CMU e, por isso, estavam sendo levados para Presidente Kennedy. / **Adriano Pereira Verediano:** — Questiona se os cento e cinquenta sacos de cimento estão no tempo. / **Vander de Jesus Maciel:** — Responde que sim. Explica que o cimento está coberto com lona e sendo utilizado para fazer manilhas. / **Adriano Pereira Verediano:** — Sugere que o cimento seja levado para o seu bairro, que precisa muito do material, porque, próximo ao fórum, existe a necessidade de construção de uma calçada. / **Vander de Jesus Maciel:** — Diz-se feliz com a fala do Vereador Gelinho, porque a secretaria tem feito um diferencial no Município e a demanda de trabalho cresceu muito. Frisa que não gosta de deixar de fazer o que é preciso, mas a demanda é maior do que o seu tempo. Ressalta que demora muito a secretaria conseguir adquirir uma grande quantidade de cimento como essa, e acabou ocorrendo problema quando os cento e cinquenta sacos estavam sendo levados para outro Município, a fim de evitar que estragassem. Salienta que está satisfeito de ter vindo à Câmara esclarecer essa questão. Garante que a secretaria vai chegar ao bairro do Vereador Gelinho. / **Adriano Pereira Verediano:** — Espera que o Secretário Vander vá mesmo até o seu bairro. Ressalta que o processo do cimento já está no Ministério Público. / **Vander de Jesus Maciel:** — Menciona que o delegado ainda vai mandar o processo para o Ministério Público, o que é de praxe, pois a promotora pode querer mais informações. / **Adriano Pereira Verediano:** — Comenta que assinou a CEI, pois precisa dar respostas às pessoas que o elegeram. Deixa claro que não vai se omitir em fazer o seu papel de fiscalizador, mas espera que o desfecho desse processo seja rápido. Salienta que muitas pessoas acham que uma CEI é para punir, mas, a seu ver, é para dar transparência às questões. / **Vander de Jesus Maciel:** — Diz que já gostaria de ter vindo à Câmara para esclarecer essa situação, mas estava esperando a fala do delegado de Cachoeiro sobre o caso. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Questiona se o prefeito tinha conhecimento dessa medida adotada pelo secretário. / **Vander de Jesus Maciel:** — Responde que esse é um assunto da secretaria e aconteceu muito rápido, não havendo tempo hábil para ser feito um chamamento público, a fim de que o Município não tivesse prejuízo. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Comenta que o transporte de carga necessita de documentação; assim, pergunta se havia ou não documento no caminhão, o que seria exigido, caso o veículo fosse parado em uma barreira da polícia. / **Vander de Jesus Maciel:** — Destaca que havia o documento de saída do CMU. Lembra que já disse que havia pressa para guardar do cimento e que o documento seria levado em mãos. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Menciona que o documento de saída do CMU foi assinado pela Gerente Viviane. Questiona qual é a numeração desse bloco de saída e se é possível conseguir a numeração anterior para conferência. / **Vander de Jesus Maciel:** — Explica que todo material que sai do CMU tem uma ordem de saída, o que é feito pela gerência. Registra que vai buscar essa informação para passá-la ao vereador. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Prorroga a sessão pelo tempo necessário para o término dos trabalhos. / **Delandi Pereira Macedo:** — Recorda que o secretário relatou que havia um contrato com a empresa que entregava cimento para o Município de Cachoeiro de Itapemirim, que iria vencer no dia 03 e, durante a semana, a secretaria negociou para que o restante do material, de um total de mil e oitocentos sacos de cimento, fosse entregue à Prefeitura. Frisa que isso não seria possível na semana seguinte, devido ao vencimento do contrato. Então, salienta que havia a necessidade desse quantitativo de material na Prefeitura, mas, quando o cimento chegou, notou-se que não seria possível armazenar todo o material, sobrando cento e cinquenta sacos, que iriam ficar em um local não adequado. Pergunta ao secretário se é isso mesmo. / **Vander de Jesus Maciel:** — Afirma que sim. / **Delandi Pereira Macedo:** — Relata que a secretaria optou



por armazenar o cimento na Empresa Kemacol, de Presidente Kennedy, que tem um contrato de prestação de serviço com a Prefeitura de Cachoeiro, o qual está em vigor. / **Vander de Jesus Maciel:** — Confirma a fala do vereador. Conta que, quando foi feita a solicitação desse cimento, apenas a Bahiense e a Kemacol prestavam serviços quanto a material de construção. / **Delandi Pereira Macedo:** — Diz que a Bahiense tinha a obrigação de entregar o cimento. / **Vander de Jesus Maciel:** — Faz a confirmação disso e acrescenta que a citada empresa não tinha todo o cimento em estoque; assim, quando comprou o material direto da fábrica, o mesmo foi entregue no CMU. / **Delandi Pereira Macedo:** — Indaga se a Kemacol continua com contrato com a Prefeitura. / **Vander de Jesus Maciel:** — Responde que sim, mas declara que a Bahiense não tem mais. / **Delandi Pereira Macedo:** — Frisa que a secretaria levou o cimento para a Kemacol, porque tal empresa presta serviço para o Município. Indaga se o secretário foi intimado pelo delegado de Itapemirim. Lembra que as delegacias de Presidente Kennedy, Itapemirim e Cachoeiro abriram processo. Comenta que, no dia 25/10, foi finalizado o processo da Polícia Civil de Cachoeiro de Itapemirim, que diz o seguinte: “Este subscritor não vislumbrou indícios de prática de crime, tendo em vista as oitivas realizadas pelas delegacias de Itapemirim e Presidente Kennedy e, por conta disso, não fora instaurado nenhum procedimento nessa especializada, tendo em vista a Lei 13.869/2019, em especial o seu artigo 27.” Registra que, como é de praxe, o delegado encaminhou todo esse material ao Ministério Público. Pergunta como o secretário recebeu esse desfecho. / **Vander de Jesus Maciel:** — Conta que não foi convocado nem intimado pela polícia para prestar esclarecimentos. Salienta que esteve na delegacia para liberar o caminhão e que o delegado perguntou se ele, Vander, queria prestar depoimento, o que fez por livre e espontânea vontade, já que envolvia seus funcionários. / **Delandi Pereira Macedo:** — Indaga se houve roubo de cimento. / **Vander de Jesus Maciel:** — Responde que não houve roubo nem desvio de cimento, pois o material está no mesmo lugar. / **Delandi Pereira Macedo:** — Questiona onde estão os cento e cinquenta sacos de cimento. / **Vander de Jesus Maciel:** — Diz que está no CMU, sob uma lona, sendo utilizado para fazer manilhas. / **Delandi Pereira Macedo:** — Pergunta por que isso não foi feito antes. / **Vander de Jesus Maciel:** — Explica que, quando chegou toda a carga de cimento, faltou lugar para armazenar cento e cinquenta sacos e, como o tempo estava chuvoso, o material poderia ser perdido. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Questiona se há algum contrato da Empresa Bahiense com a Prefeitura para ser feito o transporte de cimento de Cachoeiro para Presidente Kennedy. Indaga se não caberia a tal empresa a responsabilidade de levar esse material àquele Município. / **Vander de Jesus Maciel:** — Frisa que a Bahiense ganhou a licitação para entregar o material na Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim, e não em Presidente Kennedy. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Pergunta quanto tempo de contrato a Prefeitura tem com a Kemacol. Salienta que, a seu ver, fica muito caro mandar o cimento de Cachoeiro para outro Município em caminhão da Prefeitura, tendo ainda que disponibilizar pessoal para descarregar e, quando for preciso, buscar o material naquela cidade. Comenta que a secretaria poderia ter comprado menos cimento ou retirá-lo aos poucos da Bahiense. Questiona se a Prefeitura perderia o cimento se não o retirasse todo naquele dia. / **Vander de Jesus Maciel:** — Informa que a ata de compra venceria no dia 03, domingo, e, automaticamente, não haveria mais contrato com a empresa. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Indaga se a Prefeitura perderia o cimento. / **Vander de Jesus Maciel:** — Responde que sim. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Pergunta como o Município faz um contrato dessa forma. / **Vander de Jesus Maciel:** — Repete que a ata venceria no dia 03 e, se o cimento não fosse retirado, ele seria perdido. Então, diz que seria preciso fazer outra licitação para comprar novo material. Deixa claro que o material só é pago depois de entregue. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Comenta que, como o CMU não tem condições de abrigar mil e oitocentos sacos de cimento, o secretário poderia ter comprado mil e seiscentos sacos. / **Vander de Jesus Maciel:** — Explica que, devido às demandas



do Município, um saco de cimento perdido faz muita falta. / **Osmar Francisco:** — Pergunta se, quando o caminhão com cimento foi preso, algum servidor, subsecretário ou secretário foi algemado e colocado na cela da delegacia. / **Vander de Jesus Maciel:** — Responde que não. Ressalta que o caminhão foi levado para a delegacia de Presidente Kennedy e foi dito que seria feita uma averiguação. Acrescenta que, depois, todos foram encaminhados para a delegacia de Itapemirim, onde foram ouvidos. Conta que, por volta das 21:00 horas, chegou à delegacia para liberar o material. / **Osmar Francisco:** — Então, afirma que, como ninguém foi algemado nem preso, não houve roubo. Avalia que faltou bom senso para quem fez postagens nas redes sociais, dizendo que o secretário estava roubando cimento. Frisa que ninguém pode acusar outra pessoa sem provas. / **Vander de Jesus Maciel:** — Pede desculpas a seus funcionários, que são simples, assalariados, pais de família e trabalham muito, pela situação que ocorreu. Comenta que trabalha de segunda-feira a sábado, das 7:00 da manhã sem ter hora para sair, pois o Município tem muitas demandas. / **Osmar Francisco:** — Analisa que esse pedido de desculpas só vai valer quando ficar provado que os funcionários e o secretário não têm nenhuma culpa nessa questão do cimento. Conta que, ontem, a sua neta lhe perguntou se estava protegendo ladrão. Repete que, antes de usar as redes sociais para falar de qualquer pessoa, é preciso saber o que é verdade ou não. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Agradece ao Secretário Vander pelos esclarecimentos, em atendimento ao pedido do Vereador Júnior Corrêa. Passa a palavra ao secretário para que faça suas considerações finais. / **Vander de Jesus Maciel:** — Agradece aos vereadores e coloca-se à disposição para dar informações sobre a secretaria. Comenta que, na correria do dia a dia, muitas vezes, não consegue atender a todos os vereadores, mas frisa que está à disposição deles, sem a necessidade de agendamento. Repete que todos os dias chega ao CMU às 7:00 horas. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Registra que, ontem, esteve na Secretaria de Manutenção para solicitar um serviço para a Escola Anísio Ramos. Pergunta ao secretário quem o estava acompanhando. / **Vander de Jesus Maciel:** — Responde que era o Valentim. Inclusive diz que também recebeu o Vereador Léo. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Agradece ao secretário pelos esclarecimentos. / **Diogo Pereira Lube, levantando questão de ordem:** — Solicita ao presidente que seja suprimido o Horário das Lideranças. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Acata o pedido do vereador. / Dando continuidade, teve início a **Ordem do Dia.** / **Ely Escarpini, levantando questão de ordem:** — Pede ao presidente que os requerimentos e os projetos de decreto legislativo sejam apreciados em bloco. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Acata o pedido do vereador. / A seguir, **foram aprovadas**, em bloco, por unanimidade dos presentes, **as seguintes matérias: Requerimentos: 156/2021 – Paulo Sérgio de Almeida** (Requer informação ao Exmo. Sr. Márcio Correia Guedes, Secretário Municipal de Fazenda, referente a uma resposta sobre o Processo Nº. 49.916/2018, que trata da isenção da taxa de IPTU para os moradores dos conjuntos residenciais do Marbrasa e Otilio Ronceti. Registra que, por decisão do Supremo Tribunal Federal, desde outubro de 2017, as casas populares financiadas pelo Programa “Minha Casa, Minha Vida” têm imunidade tributária por serem propriedades fiduciárias da Caixa Econômica); **155/2021 – Sebastião Ary Corrêa** (Requer da Sra. Luana Cristina da Silva Fonseca a seguinte informação sobre os viveiros de mudas nativas no Município: Se existem, onde estão localizados? Caso não, por que acabaram?); **Enviando Votos de Congratulação: 507/2021 – Delandi Pereira Macedo; 506/2021 – Evandro Miranda; 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559 e 560/2021 – Osmar Francisco; Projetos de Decreto Legislativo: 409/2021 – Adriano Pereira Verediano; 375, 378, 379, 391, 392 e 417/2021 – Alexandre Andreza Macedo; 369, 370, 390, 394 e 415/2021 – Alexandre Valdo Maitan; 359, 360, 361, 373 e 380/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 371, 381, 382 e 383/2021 – Arildo Tomaz Bucker; 395, 401 e 408/2021 – Brás**



Zagotto; 355/2021 – Diogo Pereira Lube; 356, 357 e 358/2021 – Ely Escarpini; 386, 387 e 421/2021 – Evandro Miranda; 377/2021 – Leonardo Cleiton Camargo; 418, 419 e 420/2021 – Leonardo Pinheiro Dutra; 364 e 389/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira; 362, 363, 364, 384 e 385/2021 – Osmar Francisco; 376/2021 – Paulo Grola; 372 e 388/2021 – Paulo Sérgio de Almeida; 422, 423, 424 e 425/2021 – Sandro Dellabella Ferreira; 396, 397, 398, 399 e 400/2021 – Sebastião Ary Corrêa. / Logo após, **foi aprovado**, por dezesseis votos contra dois do plenário, o **Projeto de Lei Substitutivo 02/2021 – Poder Executivo** (Autoriza o Poder Executivo Municipal a transferir recursos financeiros da AGERSA, e dá outras providências). **Votaram a favor:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Andreza Macedo, Alexandre Valdo Maitan, Allan Albert Lourenço Ferreira, Arildo Tomaz Bucker, Delandi Pereira Macedo, Diogo Pereira Lube, Ely Escarpini, Evandro Miranda, Leonardo Cleiton Camargo, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo Fávero de Oliveira, Osmar Francisco, Paulo Grola, Paulo Sérgio de Almeida e Sandro Dellabella Ferreira. **Votaram contra:** José Carlos Corrêa Cardoso Júnior e Sebastião Ary Corrêa. / Prosseguindo, **foi aprovado**, por dezessete votos contra um do plenário, o **Projeto de Lei 54/2021 – Poder Executivo** (Autoriza o Poder Executivo Municipal a abertura de crédito especial para a inclusão de despesa não prevista na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências). **Votaram a favor:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Andreza Macedo, Allan Albert Lourenço Ferreira, Arildo Tomaz Bucker, Delandi Pereira Macedo, Diogo Pereira Lube, Ely Escarpini, Evandro Miranda, José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, Leonardo Cleiton Camargo, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo Fávero de Oliveira, Osmar Francisco, Paulo Grola, Paulo Sérgio de Almeida, Sandro Dellabella Ferreira e Sebastião Ary Corrêa. **Votou contra:** Alexandre Valdo Maitan. / **Segue justificativa de voto:** / **Alexandre Valdo Maitan:** — Comenta que, como não tem o projeto em mãos, não dá para contabilizar a quantidade de servidores que será contratada com esse remanejamento. / Dando sequência, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 79/2021 – Poder Executivo** (Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal para fazer frente à pandemia do Covid-19 no Município de Cachoeiro de Itapemirim e altera dispositivo da Lei Municipal 7.764, de 18/11/2019). / **Diogo Pereira Lube (Secretário):** — Informa que houve algum problema, porque há uma ata da Comissão de Constituição, Justiça e Redação no sistema, do dia 17/09/2021, registrando que esse projeto foi devolvido; entretanto, o parecer não foi tramitado. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Diz que vai colocar o projeto em discussão e, depois, o plenário decidirá se ele será votado ou não. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Registra que o Vereador Maitan justificou o voto ao projeto anterior, que trata de mudança no orçamento do conselho para a secretaria, dando a entender que isso poderia gerar contratações a mais. Ressalta que o projeto que está em discussão agora vem justamente fazer essa liberação. Frisa que a proposta não está de acordo com a lei federal do ano passado, que diz que não pode haver contratação até o dia 31/12/2021 por conta dos gastos com a pandemia. Então, enfatiza que o projeto está totalmente irregular; por isso, a CCJR votou pela devolução da matéria. Inclusive comenta que deve ter havido algum problema de assinatura, já que a tramitação do parecer não ocorreu. Informa que o Projeto de Lei 87/2021, que será apreciado depois, também não tem parecer por falta da assinatura do Vereador Delandi, que é membro da comissão. Pede aos vereadores que rejeitem esse projeto, embora saiba que muitos não farão isso, já que serão feitas contratações e alguns vão querer indicar alguém. Solicita aos vereadores que tenham o mínimo de consideração pelo Município e não acatem esse tipo de projeto, que só vai aumentar o gasto público. / **Diogo Pereira Lube:** — Considera leviana a colocação feita pelo colega Juninho de que os vereadores vão indicar pessoas para ocuparem esses cargos. Frisa que essa é uma acusação muito séria que interfere nas decisões individuais e apontamentos dos vereadores em relação ao combate ou não de uma atividade. Ressalta que, se há mérito no decreto federal, os vereadores vão analisar. Registra que o Vereador Juninho não justificou que não foi

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



dados parecer à matéria por questões técnicas da comissão, e sim que isso pode ser um atributo para os edis votarem um projeto para nomearem cargos. Salienta que a Câmara não é uma bodega e que é esse tipo de insinuação faz com que os vereadores virem memes nas redes sociais. Deixa claro que faz um trabalho sério e vota os projetos com embasamento técnico e convicção, e não em troca de cargos políticos. Assegura que não faz parte de política de coalização. Pede que o seu nome seja excluído de qualquer acusação da parte de um legislador, insinuando que a Casa faz esse tipo de coisa, pois é pai, professor e não quer virar meme do gabinete do ódio. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Lembra que, desde setembro, esse projeto que trata de contratação de funcionários para a área de saúde está na Câmara. Comenta que, se faltasse alguma coisa ao projeto, a comissão teria solicitado ao Executivo. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Solicita ao presidente que o parecer da procuradoria seja lido. / **Diogo Pereira Lube (Secretário):** — Faz a leitura do referido parecer ao Projeto de Lei 79/2021. / **Allan Albert Lourenço Ferreira, levantando questão de ordem:** — Pergunta se o parecer da procuradoria é favorável. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Responde que sim. Frisa que o plenário, que é soberano, vai decidir se o projeto será apreciado hoje ou não. / **Adriano Pereira Verediano, levantando questão de ordem:** — Caso o projeto não seja votado hoje, pergunta se ele voltará para a CCJR. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Diz que sim e, depois de um, dois meses, voltará para o plenário para ser apreciado. / Continuando, **foi aprovada**, por quinze votos contra três do plenário, **a inclusão do Projeto de Lei 79/2021** na pauta do dia. **Votaram a favor:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Andreza Macedo, Allan Albert Lourenço Ferreira, Arildo Tomaz Bucker, Delandi Pereira Macedo, Diogo Pereira Lube, Ely Escarpini, Evandro Miranda, Leonardo Cleiton Camargo, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo Fávero de Oliveira, Osmar Francisco, Paulo Grola, Paulo Sérgio de Almeida e Sandro Dellabella Ferreira. **Votaram contra:** Alexandre Valdo Maitan, José Carlos Corrêa Cardoso Júnior e Sebastião Ary Corrêa. / **Alexandre Valdo Maitan, levantando questão de ordem:** — Questiona se há parecer da CCJR para a devolução desse projeto. **Brás Zagotto (Presidente):** — Responde que não. / Posto em votação, **o Projeto de Lei 79/2021**, acima descrito, **foi aprovado** por quinze votos contra três do plenário. **Votaram a favor:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Andreza Macedo, Allan Albert Lourenço Ferreira, Arildo Tomaz Bucker, Delandi Pereira Macedo, Diogo Pereira Lube, Ely Escarpini, Evandro Miranda, Leonardo Cleiton Camargo, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo Fávero de Oliveira, Osmar Francisco, Paulo Grola, Paulo Sérgio de Almeida e Sandro Dellabella Ferreira. **Votaram contra:** Alexandre Valdo Maitan, José Carlos Corrêa Cardoso Júnior e Sebastião Ary Corrêa. / **Seguem justificativas de voto:** / **Adriano Pereira Verediano:** — Comenta que a votação desse projeto causou desgaste para a Câmara, porque não estava na pauta. Então, pede ao presidente que isso não ocorra mais. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Concorda com o Vereador Gelinho. Explica que a prerrogativa da Comissão de Constituição é analisar o projeto e definir se ele é constitucional ou não. Caso os membros da comissão não entendam alguma parte das propostas, frisa que eles podem pedir informação ao Poder Executivo. Entretanto, menciona que a Comissão de Constituição está devolvendo os projetos de autoria do Executivo, os quais têm prazo para serem votados. Comenta que a comissão já devolveu o projeto que trata da Previdência Complementar dos servidores públicos, mas há prazo para que o mesmo seja apreciado; do contrário, o Município vai perder as certidões negativas. Analisa que a comissão não está muito preocupada com isso. Então, pede aos vereadores que aprove o projeto da Previdência Complementar. Inclusive lembra que a Câmara aprovou um projeto para que o Executivo pudesse pegar empréstimo, no valor de 85 milhões de reais, no Banco do Brasil para fazer obras de infraestrutura no Município, o que não seria possível se a Prefeitura estivesse negatizada. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Com relação ao projeto que foi votado anteriormente, diz que serão criados duzentos e sessenta e cinco cargos, entre os quais estão trinta e quatro de



motoristas, vinte de cuidadores, doze de enfermeiros, dez de psicólogos, onze de enfermeiras da família, cento e vinte de auxiliares de serviços gerais e quarenta e oito de técnicos de enfermagem. Frisa que não vai comungar com isso, porque não houve o devido processo que essas contratações exigem, que é o concurso público. / **Diogo Pereira Lube:** — Como presidente e relator de comissões da Casa, diz que não pode fazer o seu trabalho se a Comissão de Constituição não cumpre o prazo, de dez dias úteis, para dar parecer aos projetos. Inclusive informa que há projetos de setembro que não receberam o parecer da citada comissão e também alguns que foram devolvidos ao autor sem uma justificativa apontando que realmente eram inconstitucionais. Assim, analisa que os projetos são inseridos na pauta, pegando os vereadores de calça curta, por conta da irresponsabilidade de uma comissão que não cumpre os prazos para dar os pareceres ou devido a picuinhas políticas, o que acaba prejudicando o Município. Afirma que isso não deve acontecer, já que o Município pode perder dotações. Então, pede ao Presidente Brás que determine que os prazos sejam cumpridos para que ele, Diogo, possa fazer bem o seu trabalho nas comissões em que atua. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Acata o pedido do Vereador Diogo. Informa ao colega Maitan que os cargos criados na área de saúde do Município serão preenchidos, através de processo seletivo. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, levantando questão de ordem:** — Registra que, como relator da CCJR, não pode fazer o relatório dos seus próprios projetos. Então, pede ao seu suplente, que é o Vereador Diogo, que dê celeridade ao parecer dos cinco projetos de sua autoria que estão parados há meses na Casa. / **Diogo Pereira Lube:** — Informa que chegaram ao seu gabinete dois projetos do Vereador Júnior, aos quais deu parecer contrário, já que fugiam do que determina a Constituição. Solicita ao vereador que faça um pedido por escrito para saber se os pareceres das outras três propostas não foram dados em tempo hábil. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Afirma que vai fazer esse pedido. Repete que há cinco projetos de sua autoria agarrados na CCJR, porque não receberam os pareceres do Vereador Diogo. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Comenta que fará uma reunião, pois os vereadores nomeados para as comissões têm que ser responsáveis com os prazos para a análise dos projetos. Diz que os vereadores brigam para fazer parte das comissões, mas, depois, não querem dar os pareceres em tempo hábil. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Como presidente da Comissão de Constituição, justifica que foi preciso alterar as datas das reuniões, devido ao problema de saúde da esposa do Vereador Delandi e a viagem dele, Ary, a Brasília, não sendo possível fazer contato com o colega Alexandre de Itaoca, que é o seu suplente. Então, explica que isso atrasou um pouco os trabalhos da comissão, mas tudo será acertado ainda esta semana. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Solicita aos componentes da comissão que analisem os projetos dentro dos prazos para que sejam votados pelo plenário ou devolvidos ao autor. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Registra que a CCJR se reúne todas as quartas-feiras. / **Delandi Pereira Macedo, levantando questão de ordem:** — Deixa claro que a doença da sua esposa não prejudicou o seu trabalho na Câmara. Caso tenha deixado de comparecer a alguma reunião, diz que bastava chamar o seu suplente na comissão. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, levantando questão de ordem:** — Explica que o suplente do Vereador Delandi é o colega Paulinho, que é servidor do Município, e, na parte da manhã, não tem possibilidade de comparecer às reuniões da CCJR. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Avisa que, agora, está sendo feita a justificativa de voto. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Comenta que o presidente permitiu que o Vereador Maitan desse uma informação sobre o projeto que foi votado anteriormente. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Diz que o Vereador Maitan justificou o voto. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Afirma que o colega Maitan justificou o voto dado ao projeto anterior. Analisa que a CCJR não ia parar por falta de comunicação com ele, Alexandre, que reside em Itaoca Pedra, distrito distante da sede do Município, pois o gabinete do presidente da Câmara daria jeito até de buscá-lo para que os projetos recebessem os pareceres da comissão. / **Brás Zagotto (Presidente):**



— Convida a Secretária Lorena para usar a tribuna, pelo tempo de cinco minutos, e explicar para os vereadores o Projeto de Lei 87/2021, que trata da Previdência Complementar dos servidores públicos municipais. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Solicita que, após a fala da secretária de Administração, o presidente do IPACI também use a tribuna para falar sobre esse projeto. / **Lorena Vasques Silveira:** — Cumprimenta a todos e agradece ao presidente pela oportunidade de trazer alguns esclarecimentos acerca da Previdência Complementar, que se tornou obrigatória na administração pública, através da Emenda Constitucional 103, a qual determinou que, no prazo de dois anos, a contar da data de publicação, os entes deveriam implementar esse sistema nos âmbitos municipal, estadual e federal. Esclarece que esse tipo de Previdência é opcional e visa proporcionar uma aposentadoria mais confortável ao servidor. Informa que o Município construiu o referido projeto em cima da estrita observância ao que é disposto pelo Ministério do Trabalho e pela Previdência Social e também de acordo com as normas da ATRICON, sendo feitas apenas adaptações ao Município. Frisa que a apreciação desse projeto pela Câmara é de extrema importância para que o regime de Previdência Complementar seja implementado e, assim, o Município não perca recursos e operações de crédito por falta de certidões negativas. Repete que a Previdência Complementar é opcional e, portanto, o servidor só vai aderir ao regime se for interessante para ele. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Pergunta qual o prazo para a implementação da Previdência Complementar. / **Lorena Vasques Silveira:** — Responde que até o dia 13/11 esse regime deve ser implementado, o que depende da aprovação do projeto na Câmara. Registra que, depois de aprovado o projeto, será publicado um processo seletivo para a escolha de uma instituição responsável pela gestão dessa Previdência. Inclusive pede à Casa que reconheça o prazo ínfimo para a implementação da Previdência Complementar. Volta a dizer que é opcional para os servidores aderirem ou não ao novo regime e que a vida funcional deles não vai mudar em nada. Enfatiza que a Previdência Complementar é um direito que está sendo concedido aos servidores. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Pergunta quais serão os prejuízos para o Município, se esse projeto não for aprovado. / **Lorena Vasques Silveira:** — Informa que o Município fica sem a CRP, não sendo possível receber recursos. Inclusive diz que, recentemente, Cachoeiro foi contemplado com uma emenda parlamentar do Deputado Felipe Rigoni, a qual não poderia ser recebida se o Município não tivesse o CRP. Questiona como seria justificado para a população que o Município não pôde receber recursos, porque não foi implementada a Previdência Complementar. Então, fala novamente da necessidade da implementação desse regime, que é uma imposição constitucional. / **Adriano Pereira Verediano:** — Solicita ao Vereador Brás que conceda cinco minutos para o presidente do sindicato usar a tribuna, pois isso daria mais transparência a essa questão. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Acata o pedido do Vereador Gelinho. / **Eder Botelho da Fonseca:** — Após os cumprimentos, destaca que a Previdência Complementar foi trazida por força da Emenda Constitucional 103/2019, obrigando os entes a adotarem esse regime. Lembra que essa emenda faz parte de um pacote da Reforma da Previdência Social, justamente para ajudar a equilibrar as contas dos Institutos de Previdência e também da Previdência Social do Brasil. Relata que, hoje, existem cerca de dois mil e quinhentos Institutos de Previdência espalhados pelo País, sendo que no Espírito Santo há trinta e quatro que, como o IPACI, são deficitários do ponto de vista de equilíbrio previdenciário. Explica que a Previdência Complementar estipula um limite, um teto, a exemplo do Regime Geral de Previdência, cujo valor é de 6 mil 433 reais e 57 centavos para os servidores municipais que entrarem em futuros concursos públicos. Acrescenta que, independentemente do salário que o servidor receber, ele terá que pagar a Previdência Complementar, e o IPACI pagará o teto quando da aposentadoria. Registra que a aprovação desse projeto não trará nenhum prejuízo para os servidores ativos, que poderão optar ou não pelo Regime Complementar. Ressalta que essa não é uma iniciativa do chefe do Poder Executivo ou do



presidente da Câmara, e sim uma determinação da Constituição Federal. Deixa claro que, se esse projeto não for aprovado, o Município não terá o Certificado de Regularidade Previdenciária, o CRP, sendo suspensos todos os repasses voluntários. Comenta que esse projeto está tramitando na Câmara desde setembro e o prazo é exíguo, até 13/11, para contratar uma instituição que vai gerir essa Previdência Complementar. Menciona que, a curto ou médio prazos, o IPACI pode ter dificuldades para pagar as futuras aposentadorias. Repete que os servidores que estão na ativa não terão nenhum prejuízo. Coloca-se à disposição para prestar outros esclarecimentos. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Comenta que a secretária disse que será licitada uma empresa para fazer a gestão da Previdência Complementar. Ressalta que há empresas dando calotes nos servidores públicos e pergunta se há possibilidade de os servidores escolherem, por exemplo, a Caixa Econômica, que é uma entidade respeitada. / **Eder Botelho da Fonseca:** — Informa que deve ser feito um edital de licitação pública, o qual vai trazer todos os critérios necessários que garantam segurança aos servidores. Diz que, como esse regime veio de uma emenda constitucional e trouxe um padrão, algumas lacunas ficaram abertas; assim, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, a ATRICON, trouxe um regramento e disponibilizou aos Municípios um modelo de chamamento que prevê garantias aos servidores. Enfatiza que os vereadores e os servidores podem ficar tranquilos, porque a equipe técnica que formulou esse projeto, composta por funcionários de carreira da Prefeitura e do IPACI, é do mais alto calibre. Acrescenta que esse projeto está muito bem estruturado e segue todas as orientações do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Destaca que, como servidor, está tranquilo quanto ao processo de escolha da instituição que vai gerir a Previdência Complementar, pois o edital de chamamento vai trazer todas as prerrogativas para garantir a segurança dos servidores. Menciona que a instituição escolhida deverá prestar contas dos recursos e dar garantias dos valores. Analisa que, depois, poderão ser criados outros mecanismos de fiscalização. / **Adriano Pereira Verediano:** — Diz que muitos servidores, principalmente os menos instruídos, estão preocupados com a Previdência Complementar. Registra que conversou com o Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores, o Sant'Anna, que informou que a Previdência Complementar tem prazo para ser implantada para que o Município não perca as certidões negativas. Comenta que o procurador sugeriu no parecer do projeto a realização de uma audiência para que os servidores recebessem mais informações sobre esse regime. Analisa que faltou transparência na audiência realizada na escola, o que causou ainda mais dúvidas aos servidores. Acredita que a Previdência Complementar vai dar certo e que os servidores não serão prejudicados. / **Eder Botelho da Fonseca:** — Ressalta que a secretária está providenciando material para os servidores e serão feitas notas informativas no site da Prefeitura e também no do IPACI, dando orientações sobre a Previdência Complementar. Acrescenta que, após a votação desse projeto, o IPACI vai prestar consultas individuais aos servidores ativos. Agradece aos vereadores pelo tempo cedido. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Agradece ao Eder Botelho pela explanação. Passa a palavra ao Sant'Anna, representante do Sindicato dos Servidores. / **Flávio Sant'Anna Cunha:** — Cumprimenta a todos e diz que é servidor de carreira há vinte anos na Prefeitura e vice-presidente do Sindicato dos Servidores. Parabeniza a todos os servidores pelo seu dia, a ser comemorado em 28/10. Solicita que seja feito um minuto de silêncio pelo falecimento do Professor Jonathan William devido ao Covid-19. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Acata o pedido do Sant'Anna. / A seguir, foi observado um minuto de silêncio pelo falecimento de Jonathan William Moreira Correa. / **Flávio Sant'Anna Cunha:** — Lembra que o Jonathan ficou à frente do sindicato por dez anos e fez defesas brilhantes das causas dos servidores públicos. Registra que o Regime de Previdência Complementar foi instituído pela Emenda Constitucional 103, de 12/11/2019, que é impositiva, ou seja, não pode ser rejeitada; portanto, não cabe discussão. Comenta que o servidor não quer pagar mais; entretanto, é preciso avaliar todas as questões.



Salienta que o calcanhar de Aquiles do Poder Executivo, das esferas municipal, estadual e federal, é a questão previdenciária. Ressalta que o artigo 2º do Projeto de Lei 87/2021 diz o seguinte: “Os servidores definidos nos parágrafos do artigo 1º desta lei, que tenham ingressado no serviço público em data anterior ao início da vigência do Regime de Previdência Complementar, poderão...” Explica que o projeto possibilita ao servidor ativo aderir ou não à Previdência Complementar, não sendo obrigatório. Avalia que esse regime só será interessante para os servidores que ganham acima do teto salarial e os que vão entrar no serviço público a partir de agora, mas não para os demais. Então, deixa claro que o sindicato não vislumbra nenhum prejuízo quanto à matéria para o servidor público. Menciona que a contribuição definida para o servidor será de igual forma executada pela parte patronal, que pode ser de até 8,5%. Conta que foi questionado a respeito desse percentual ser alto, mas a adesão ao regime não é impositiva. Cita que o artigo 14 diz que “Os servidores definidos nos parágrafos do artigo 1º desta lei, com remuneração superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência, serão automaticamente inscritos na Previdência Complementar.” / **Brás Zagotto (Presidente):** — Pergunta qual é o teto salarial. / **Flávio Sant’Anna Cunha:** — Responde que é de 6 mil 433 reais e 57 centavos. Destaca que, se for feito um concurso para o cargo de engenheiro ou médico, cujo salário é de 10 mil reais, esse servidor só se aposentaria com o valor integral, caso contribuísse com a Previdência Complementar, com um percentual de até 8,5%. Enfatiza que a criação da Previdência Complementar é obrigatória, mas o servidor ativo ou futuro pode optar por aderir ou não ao regime. Frisa que, caso o servidor não faça a adesão, ele só receberá o teto salarial do Regime Geral, que é de 6 mil 433 reais e 57 centavos. Diz que a Reforma da Previdência está avançando desde a Emenda Constitucional 20/1998, e o Sindimunicipal tem acompanhado essa questão para evitar qualquer redução de benefícios já garantidos aos servidores públicos municipais. Relata que a visão da sociedade é a de que o servidor ganha bem; porém, se um servidor se desliga do serviço público, ele sai com uma mão na frente e a outra atrás, diferente do trabalhador celetista, que tem o Fundo de Garantia para ampará-lo. Portanto, analisa que nada mais justo do que a paridade e a integralidade dos vencimentos para os servidores, inclusive menciona que esse assunto não está sendo tratado nessa matéria. Assegura que o Sindimunicipal se posiciona contra qualquer tema referente à redução de benefícios que vier a ser discutido na Câmara, na qual há os Vereadores Allan, Gelinho e Paulinho Careca, que são servidores de carreira. Reforça que o sindicato não faz nenhuma objeção ao Projeto de Lei 87/2021, entendendo a imposição do mesmo e por não haver prejuízos para o servidor público, que pode aderir ou não ao novo regime. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Pergunta ao Serjão e ao João Albano se ficaram claras as explanações sobre o projeto, os quais responderam que sim. / **Adriano Pereira Verediano:** — Diz que pediu ao Vereador Brás para o vice-presidente do sindicato usar a palavra para que tudo ficasse mais claro. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Registra que buscou mais informações sobre esse projeto e observou que não há nenhum prejuízo para os servidores. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Salienta que o Sant’Anna, a Secretária Lorena, o Eder Botelho, o Gilson, o Gustavo e a Marisol são pessoas idôneas e jamais seriam coniventes com alguma coisa que prejudicasse os servidores públicos municipais. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Cita que o parágrafo 1º do artigo 1º do Projeto de Lei 87/2021 diz o seguinte: “O Regime de Previdência Complementar de que trata esta lei será aplicável aos servidores que ingressarem no serviço público do Município a partir da data do início da vigência”; já o artigo 2º diz que “Os servidores tratados no artigo 1º que tenham ingressado em data anterior ao início da vigência do Regime de Previdência poderão aderir mediante prévia e expressa opção.” Segue registrando que está no parágrafo 1º que é irrevogável e irreatável, ou seja, uma vez feita a adesão, não se pode voltar atrás; porém, consta do artigo 2º que somente aqueles que já estão no serviço público poderão aderir. Menciona que a fala do vice-

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



presidente do sindicato foi confusa ou ele, Júnior, entendeu mal. Salienta que parece que todos os novos servidores entrarão no Regime de Previdência Complementar e apenas os que já estão atualmente no serviço público poderão aderir, pois no corpo da lei há uma diferenciação entre eles.

/ **Lorena Vasques Silveira:** — Informa que atualmente não existe Regime de Previdência Complementar no Município de Cachoeiro de Itapemirim. Registra que esse regime será implementado e, a partir daí, é preciso abrir um prazo para os servidores que desejarem fazer a opção por esse tipo de sistema. Explica que os servidores ativos no Município terão um prazo de cento e oitenta dias para fazer essa opção. Acrescenta que os novos ingressantes que receberem abaixo do teto também farão a opção, mas os que receberem acima serão inscritos automaticamente, podendo desistir de tal inscrição. Destaca que, mesmo que o servidor receba acima do teto, ele pode optar pela contribuição no Regime de Previdência Complementar ou não; por isso, esse regime é considerado facultativo.

/ **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Solicita que lhe seja informado o artigo de que trata essa questão.

/ **Lorena Vasques Silveira:** — Registra que é o artigo 14.

/ **Diogo Pereira Lube:** — Pergunta como fica a situação dos servidores que já atuam, ganham acima do teto e faltam dois, três anos para se aposentarem. Questiona se para eles receberem acima do teto terão que optar por esse novo regime.

/ **Lorena Vasques Silveira:** — Responde que os servidores ativos poderão ou não fazer a opção. Informa que a regra do teto vai atingir apenas os novos servidores. Diz que não muda nada para os servidores que, por exemplo, vão se aposentar daqui a seis meses, os quais serão enquadrados na regra anterior, com a integralidade.

/ **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Comenta que o artigo 14 fala dos servidores que recebem acima do teto, e não dos que recebem abaixo.

/ **Lorena Vasques Silveira:** — Esclarece que os servidores que recebem abaixo do teto não serão inscritos automaticamente, mas terão a oportunidade de fazer a Previdência Complementar, o que não é obrigatório, já que, assim, poderão receber um pouco mais do que o teto.

/ **Brás Zagotto (Presidente):** — Agradece a todos que fizeram explanações sobre o projeto.

/ **Lorena Vasques Silveira:** — Agradece aos vereadores e ao grupo de trabalho, nas pessoas do Gilson, do Gustavo e da Dra. Lílian.

/ **Adriano Pereira Verediano:** — Solicita que seja dada mais transparência a essa questão da Previdência Complementar, principalmente para os servidores que não têm muito conhecimento.

/ **Lorena Vasques Silveira:** — Deixa claro que, após a implementação do Regime de Previdência Complementar e escolhida a instituição que vai fazer a gestão desse benefício, serão prestados atendimentos individualizados a cada servidor que quiser fazer simulações e tirar dúvidas.

/ **Brás Zagotto (Presidente):** — Registra que, como o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação não foi unânime nesse projeto, porque o Vereador Delandi não votou, o plenário é que vai decidir se a matéria será apreciada hoje.

/ Logo após, **foi aprovada**, por dezessete votos contra um do plenário, **a inclusão na pauta do dia do Projeto de Lei 87/2021 – Poder Executivo** (Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Município de Cachoeiro de Itapemirim, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo Regime de Previdência de que trata o artigo 40 da Constituição Federal, autoriza a adesão a Plano de Benefícios de Previdência Complementar, e dá outras providências).

Votaram a favor: Adriano Pereira Verediano, Alexandre Andreza Macedo, Alexandre Valdo Maitan, Allan Albert Lourenço Ferreira, Arildo Tomaz Bucker, Delandi Pereira Macedo, Diogo Pereira Lube, Ely Escarpini, Evandro Miranda, Leonardo Cleiton Camargo, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo Fávero de Oliveira, Osmar Francisco, Paulo Grola, Paulo Sérgio de Almeida, Sandro Dellabella Ferreira e Sebastião Ary Corrêa.

Votou contra: José Carlos Corrêa Cardoso Júnior.

/ Posto em votação, **o Projeto de Lei 87/2021**, acima descrito, **foi aprovado**, por dezessete votos contra um do plenário.

Votaram a favor: Adriano Pereira Verediano, Alexandre Andreza Macedo, Alexandre Valdo Maitan, Allan Albert Lourenço Ferreira, Arildo Tomaz Bucker, Delandi Pereira Macedo, Diogo



Pereira Lube, Ely Escarpini, Evandro Miranda, Leonardo Cleiton Camargo, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo Fávero de Oliveira, Osmar Francisco, Paulo Grola, Paulo Sérgio de Almeida, Sandro Dellabella Ferreira e Sebastião Ary Corrêa. **Votou contra:** José Carlos Corrêa Cardoso Júnior. / **Seguem justificativas de voto:** / **Diogo Pereira Lube:** — Justifica que votou a favor do projeto, porque envolve uma emenda constitucional, com a qual diz não concordar, mas é preciso cumprir a lei, sem contar que ficou claro que essa matéria não vai prejudicar os servidores. Faz um alerta à secretaria envolvida nessa questão da Previdência Complementar de que é preciso que haja um planejamento maior para que os servidores possam ter esclarecimentos a respeito desse assunto. Salienta que muitas pessoas não sabem o que é planejamento previdenciário nem conhecem as regras de transição da Previdência. Comenta que a PEC da Morte, como é conhecida a Reforma da Previdência, votada em novembro, no Governo do Presidente Jair Bolsonaro, foi empurrada goela abaixo dos brasileiros. Considera complicado esse projeto, que teve dois anos para ser construído, mas chegou à Câmara em setembro para ser votado em um, dois meses. Analisa que a Prefeitura pode promover discussões amplas e irrestritas de projetos que envolvam a vida dos servidores. Diz que a Secretaria de Administração e o sindicato tiveram a oportunidade de fazer o debate dessa matéria com os servidores. / **Lorena Vasques Silveira:** — Explica que a nota técnica da ATRICON, que regulamentou a forma de execução e implementação do Regime de Previdência Complementar, foi publicada em abril de 2021; por isso, o projeto só foi enviado à Câmara em setembro. / **Diogo Pereira Lube:** — Agradece à secretária pela informação. / **Adriano Pereira Verediano:** — Diz que jamais votará matéria que vá de encontro aos anseios dos servidores públicos municipais. Espera que esse projeto tenha continuidade e avisa que vai ficar atento aos próximos andamentos. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Registra que, em breve, a Câmara vai receber o projeto do PDM e acredita que o debate será intenso. Informa que a próxima sessão será na quarta-feira, dia 03/11. / E nada mais a ser tratado, foi encerrada a presente Reunião, lavrada e assinada por Dilena Cláudia Tessinari Modesto Lucas, Redatora de Atas. _____